



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

SUÊNIA DOS SANTOS VIANA

**SABER LOCAL, LUTA E ENCANTAMENTO NA MARCHA PELA VIDA DAS
MULHERES E PELA AGROECOLOGIA NA PARAÍBA**

**CAMPINA GRANDE - PB
2023**

SUÊNIA DOS SANTOS VIANA

**SABER LOCAL, LUTA E ENCANTAMENTO NA MARCHA PELA VIDA DAS
MULHERES E PELA AGROECOLOGIA NA PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais

Linha de pesquisa: Gênero, Diversidade e Relações de Poder

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jussara Carneiro Costa

**CAMPINA GRANDE - PB
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

V614s Viana, Suênia dos Santos.
Saber local, luta e encantamento na marcha pela vida das mulheres e pela agroecologia na Paraíba [manuscrito] / Suênia dos Santos Viana. - 2023.
95 p.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2023.
"Orientação : Profa. Dra. Jussara Carneiro Costa, Departamento de Serviço Social - CCSA. "

1. Mulheres Campesinas. 2. Feminismo. 3. Saberes. I.
Título

21. ed. CDD 305.42

SUÊNIA DOS SANTOS VIANA

Saber local, luta e encantamento na Marcha pela vida das Mulheres e pela Agroecologia na Paraíba

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais

Aprovado em: 20 / 03 / 2023

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Jussara Carneiro Costa - PPGSS/UEPB
Orientadora - Presidente da Banca



Prof.^a Dr.^a Mônica Rodrigues Costa - PPGSS/UFPE
Examinadora Externa



Prof.^a Dr.^a Nerize Laurentino Ramos - PPGDR/UEPB
Examinadora Externa

Dedico às mulheres que lutam pelos seus territórios, a partir de suas experiências regionais.

AGRADECIMENTOS

Parar para agradecer é um ato revolucionário, que nos dá a chance de memorar quantas pessoas foram imprescindíveis para conclusão dessa etapa. À minha orientadora, Jussara Carneiro, pelo comprometimento em compartilhar com tamanha competência seus conhecimentos nos estudos de Gênero agregadas nas atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas à frente do Núcleo de Intervenções e Investigações em Tecnologias Sociais (NINETS) e a todas/os/es que os/as/es integram pelas trocas de aprendizados, assim potencializando esse percurso acadêmico e profissional. E estendo meus agradecimentos a escuta atenta aos anseios e esperanças que escapavam do vínculo acadêmico.

À professora Patrícia Aragão, pelos seus ensinamentos em sala de aula, pelo encorajamento em realizar a seleção de mestrado, que acompanhou momentaneamente a tempestade de ideias que carregava comigo sobre o tema geral de pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UEPB e as/os professoras/es as quais agradeço por essa acolhida.

Agradeço aos meus familiares, que me ensinaram desde cedo que somos de um território onde a chegada da chuva se contempla, onde é possível identificar os signos que a chuva vem chegando, pelo cheiro, pela cor das nuvens ou pelo canto de alguns pássaros. Onde o pôr do sol é característico pelo seu alaranjado. Somos de um lugar, onde as pimenteiras e espadas de São Jorge são plantas comuns nas residências. Somos de um lugar onde um solo molhado refaz a programação dos próximos dias em torno do roçado, onde o armazenamento de água irá simbolizar a tranquilidade ao longo do ano, para que possa abastecer o cocho dos animais, as águas das plantas e o banho e a manutenção da casa. Agradeço pelos ensinamentos que me fizeram esperar além do espaço acadêmico.

E a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, que reúne em ato político a multiplicidade de narrativas inspiradas por mulheres camponesas, professoras, estudantes, lideranças comunitárias em defesa da agroecologia, combate às violências e intolerâncias, colaborando para um novo projeto societário de modo diário.

RESUMO

Esta dissertação objetivou analisar os impactos dos saberes locais da Paraíba articulados pela Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia na construção de estratégias de mobilização, agendas políticas na vida das mulheres envolvidas na sua realização, os elementos empíricos são compartilhados pelas interlocutoras na realização de entrevista semi-estruturada, três mulheres que também ocupam o espaço coordenação da Marcha. É adotado abordagem do método genealogia com referência a Michel Foucault (2007) em analisar o seu modo de reconstituir a construção da Marcha através de elementos locais considerando fontes de saber. A metodologia consistiu pesquisa de campo por meio da observação participante da 13ª edição da marcha; revisão bibliográfica na recomposição das narrativas dos feminismos camponeses, utilizou abordagem qualitativa, análise do acervo documental da Marcha, através de cartas políticas, materiais publicitários, redes sociais, cartilhas e panfletos informativas que abordaram os temas elencados pela Marcha no período de 2010 a 2022. Parte-se do resultado que o elemento local articulados aos saberes acionados e produzidos pela Marcha revela-se fundamental no enfrentamento das estratégias colonialistas que promovem desqualificação e depreciação de seus conhecimentos, para além da já reconhecida importância como instrumento de acesso a espaços negados para essas mulheres camponesas, melhorando o acesso à renda e bens de consumo mas também a novas sociabilidades marcadas por relações de afeto e solidariedade que fortalecem e recriam elos regionais, culturais, políticos, técnicos e culturais. Conclui-se que o posicionamento crítico se embasa na contestação das práticas de dominação que moldam as estruturas de produção do conhecimento e classificam quem ocupa o lugar de sujeito.

Palavras-chave: Mulheres Camponesas. Feminismos. Saberes

ABSTRACT

This dissertation aimed to analyze the impacts of local knowledge in Paraíba articulated by the Marcha pela Vida das Mulheres and Agroecologia in the construction of mobilization strategies, political agendas in the lives of the women involved in its realization, the empirical elements are shared by the interlocutors in the interview semi-structured, three women who also occupy the space coordinating the March. An approach of the genealogy method is adopted with reference to Michel Foucault (2007) in analyzing his way of reconstituting the construction of the March through local elements considering sources of knowledge. The methodology consisted of field research through participant observation of the 13th edition of the march; bibliographic review in the recomposition of the narratives of peasant feminisms, used a qualitative approach, analysis of the Marcha's documentary collection, through political letters, advertising materials, social networks, booklets and informative pamphlets that addressed the themes listed by the March in the period from 2010 to 2022. It starts with the result that the local element articulated with the knowledge triggered and produced by the March is fundamental in facing the colonialist strategies that promote disqualification and depreciation of their knowledge, in addition to the already recognized importance as an instrument of access to spaces denied to these peasant women, improving access to income and consumer goods, but also to new sociabilities marked by relationships of affection and solidarity that strengthen and recreate regional, cultural, political, technical and cultural links. Conclusion that the critical position is based on contesting the practices of domination that shape the structures of knowledge production and classify who occupies the place of subject.

Keywords: Peasant Women. Feminisms. Knowledge.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANMTR Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ABA Associação Brasileira de Agroecologia
ANA Articulação Nacional de Agroecologia
ASA Articulação do Semiárido Brasileiro
AS-PTA Assessoria e Serviços a Projeto em Agricultura Alternativa
AP1MC Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semiárido
P1+2 Programa Uma Terra e Duas Águas
CUT Central Única dos Trabalhadores
CEB's Comunidades Eclesiais de Bases
CENTRAC Centro de Ação Cultural
CMB Centro da Mulher Brasileira
CNMT Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora
CNAPO Comissão Nacional da Política de Agroecologia e Produção Orgânica
CIM Centro de Informação sobre a Mulher
CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONCUT Congresso Nacional de Central Única dos Trabalhadores
CONDRAF Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CPT Comissão Pastoral da Terra
CRAS Centro de Referência de Assistência Social
CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CTNBio Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
DRPA Diagnóstico Rápido e Participativo de Agroecossistemas
ECOBORBOREMA Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Compartimento da Borborema
FETAG Federação de Trabalhadores na Agricultura
FBPF Federação Brasileira para o Progresso Feminino
FIDA Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FUNRURAL Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural
GT Grupo de Trabalho
IADESIL Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre
LGBT Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
MM Marcha das Margaridas
MMB Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano
MMC Movimento de Mulheres Camponesas
MMM Marcha Mundial de Mulheres
MMT Movimento de Mulheres Trabalhadoras
MSTTR Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
MST Movimento Sem Terra
PAA Programa de Aquisição de Alimentos
PATAC Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades
PLANAPO Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PRONAF Programa Nacional de Apoio e Fortalecimento da Agricultura Familiar
SOCLA Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecologia
STTR Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUPRA Superintendência da Política Agrária
UEPB Universidade Estadual da Paraíba
UFCG Universidade Federal de Campina Grande
UFPB Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I - FEMINISMOS DO BRASIL	26
1.1 PARA COMEÇO DE PROSA, UM BOM MOTE	26
1.2 FEMINISMOS NO BRASIL	27
1.3 A DICOTOMIA RURAL / URBANO NOS FEMINISMOS DO BRASIL.....	37
CAPÍTULO II - FEMINISMO E CAMPESINATO NA PARAÍBA	43
2.1 UMA PEQUENA NOTA SOBRE NOSSOS PASSOS VIREM DE LONGE	43
CAPÍTULO III - EM CENA, A MARCHA PELA VIDA DAS MULHERES E PELA AGROECOLOGIA	53
3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS, ARTICULAÇÕES E PARCERIAS	53
3.2 SOBRE O PROCESSO, A MARCHA SE FAZ A CADA EDIÇÃO	63
3.3 POR QUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS AS TRABALHADORAS MARCHAM	68
3.4 PEDAGOGIA FEMINISTA E PRODUÇÃO DE SIGNIFICADOS NA MARCHA..	69
3.4.1 O processo formativo	71
3.5 A MARCHA ACONTECENDO EM CADA EDIÇÃO.....	74
3.5.1 A feira na Marcha	76
3.6 A MÍSTICA DA MARCHA	77
ARREMATAS FINAIS, POR ENQUANTO É ISSO!	79
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICE A	89
ANEXO A	90

INTRODUÇÃO

Durante a reunião do Coletivo de Agricultoras/es de Olivedos, no Seridó Paraibano, acontecida na noite de 02 de fevereiro de 2019, Dona Maria José comunica o comprometimento de sua agenda para o dia 14 do mês seguinte, pedindo a Virgem Maria saúde para não faltar a 10° edição da Marcha pela vida das Mulheres e pela Agroecologia, que naquele ano ocorreria no dia 14 do mesmo mês no município de Remígio/PB, adotando como tema “Reivindicar a justiça no caso Marielle Franco e para todas as vidas negras assassinadas pelo racismo, machismo, pelo gênero e pela violência de Estado”¹.

No dia marcado, Dona Maria José acordaria mais cedo que o habitual, aprontaria o café da família, daria uns cheiros de carinho em seus filhos (Carla e Thalysson) e no marido (Carlos) e, em meio às recomendações sobre como alimentar a pequena criação de animais - um pequeno rebanho de bode e galinhas que mantém no seu vasto quintal - e, ainda, terminar o preparo do almoço encaminhado no dia anterior, se despediria rapidamente para não perder o horário de saída do ônibus com a caravana de mulheres, por quem aguardava ansiosa.

Já Dona Antônia, agricultora do município e que também estava presente à reunião, acrescentou que havia adiado uma remessa de produção de mudas de plantas que faria na cidade para também comparecer à Marcha, e passaria o dia anterior organizando as mudas - que já vinha cuidando ao longo dos meses - para comercializar na feira organizada durante o importante evento. A diferença era que, ao contrário de D. Maria José, que seguiria com o ônibus em caravana, ela seguiria com outras colegas num transporte fretado pelo sindicato. Dentre estas, estava Dona Verônica, que falava com entusiasmo da feira agroecológica das edições passadas; da qualidade da massa de mandioca que havia encomendado para confeccionar as tapiocas que iria comercializar naquele ano; de como separaria o queijo já encomendado à vizinha e da quantidade de café que levaria naquele ano para a feira. “Dez garrafas”, dizia ela, elencando também o nome das amigas de quem teria tomado emprestado os quatro recipientes que lhe faltavam. Tudo precisava estar organizado a tempo, pois já havia combinado com outras colegas agricultoras o horário que o

¹ <https://agroecologia.org.br/2019/03/12/marcha-pela-vida-das-mulheres-e-pela-agroecologia-celebrar-a-10-anos-nas-ruas-de-remigio-pb/>

carro fretado passaria em suas casas para transportá-las, juntamente com seus produtos, com destino a Remígio/PB, uma viagem de 85 km.

Eis que no meio da conversa, Dona Maria José dispara em tom jocoso: “Joseane tá lembrando aqui no grupo que ninguém esqueça sua chinela de couro, porque nesse ano vai ter ciranda com Lia de Itamaracá no encerramento”. Naquele ano, a artista² fazia o encerramento da edição e Joseane, integrante do grupo de mulheres que, embora ausente da reunião, já havia confirmado presença no grupo de Whatsapp que tinham organizado especificamente para organizar a participação na Marcha, contagiava o grupo com sua animação. Nem mesmo o pesar com o clima envolvendo a impunidade ao assassinato de Marielle e a recente eleição de Jair Bolsonaro conseguia abalar sua empolgação.

Dedicada a discussão de estratégias para se fazerem presentes durante o transcurso do evento, o cuidado em lembrar às colegas da importância de representarem bem o local, o município, com algumas chegando a propor uma camisa comum para o grupo - logo desistindo face aos custos e dificuldades de realizar a empreitada no município -, a reunião continuou mesmo após o encerramento formal, enquanto organizavam o retorno para suas casas. Enquanto o grupo se desfaz, é possível acompanhar os murmurinhos que se formam com a disputa de espaço para falar dos diferentes coletivos que têm comparecido à marcha, desde mulheres de outros municípios a grupos feministas da universidade, a coletivos LGBTQIA+³, imprensa e lideranças camponesas por elas reconhecidas, que aportaram crescentemente em todas as edições⁴.

Pensar na Marcha pela vida das mulheres e pela agroecologia faz, de antemão, repensar em quem as compõem: mulheres camponesas com o seu saber local, organizadas em caravanas de municípios próximos ou arredores da cidade, com reivindicações que articulam mudanças nos seus circuitos mais próximos, na realidade de seus territórios, sem se desconectar do que acontece além deles.

² Lia de Itamaracá é uma artista que dança, canta e compõe cocos de roda e maracatus. Maria Madalena Correia do Nascimento nasceu no dia 12 de janeiro de 1944, na ilha de Itamaracá, Pernambuco, conciliou por um tempo o seu trabalho de merendeira com o trabalho artístico. Uma grande referência da música popular

³ Sigla utilizada para evidenciar as múltiplas identidades de gêneros e orientações sexuais, entre elas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexual e o símbolo do + representa a diversidade

⁴ Como informo mais adiante, a Marcha teve na sua primeira edição um público aproximado de 600 mulheres. Na última, esse público ultrapassou 6.000 pessoas.

Talvez venha daí o reconhecimento, pelas camponesas, da Marcha como um movimento fortificante. Dona Antônia, Dona Maria José, Verônica e Joseane se juntaram às seis mil mulheres que compareceram à edição de 2019 e lotaram as ruas de Remígio-PB, entoando cantorias ao longo do percurso, com faixas, estandartes e cartazes - na sua maioria bordados, pintados, desenhados ou simplesmente escritos à mão - para enfatizar, no mesmo ato, como suas vivências camponesas são afetadas pela experiência de serem mulheres, e como essas são articuladas à experiência com os locais de pertencimento.

A experiência com o grupo de Mulheres de Olivedos, meu município de origem, moradia e pertencimento, registrada nos apontamentos acadêmicos daquele ano, delineou os primeiros contornos da minha primeira proposta de projeto de pesquisa apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UEPB em 2020. Naquela ocasião ainda não havia formulado adequadamente o saber como categoria de análise, mas já me inquietava o que considerava um modo próprio daquelas mulheres se organizarem e expressarem, que precariamente chamei de estratégias. Era minha intenção estudá-las a partir de uma imersão etnográfica pelo grupo de mulheres do Olivedos-PB, estendida aos outros grupos de mulheres que se multiplicam pelo Seridó⁵.

A inquietação já vinha de antes. Minha inserção ao ensino superior se deu por meio de faculdade privada, sem a vivência concreta da tríade ensino, pesquisa e extensão, mas meu acesso à universidade pública se deu por meio da extensão universitária da UFPB⁶, em março de 2018 e, no mês de agosto do mesmo ano, como aluna especial na disciplina de Gênero, Etnia/raça, geração e diversidade cultural, no campus I da UEPB.

Após a graduação, saí em busca de espaços acadêmicos que possibilitassem compreender as vivências do cotidiano, através das reflexões sobre como o colonialismo influencia todas as estruturas, seja o Estado, a Universidade e também as relações sociais produzidas. Ao me aproximar dos debates e análises sobre

⁵ Olivedos é um município da Paraíba, com uma população estimada de 3.961 habitantes. Está localizado na microrregião de Campina Grande, numa zona fronteira entre Agreste e Seridó. O significado de Seridó segundo a língua Cariri representa folhas secas. Na perspectiva geográfica, Seridó é o nome de um rio que banha os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Tem sua nascente na Serra dos Cariris ou do Alagamar, no município paraibano de Cubati, entra no território do Rio Grande do Norte pelo município de Parelhas, onde é represado formando a Barragem do Boqueirão.

⁶ Projeto de Extensão Mulheres e Universidade: a contribuição da extensão universitária para as ações de combate à violência no campus, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

estudos de gênero e os feminismos, pude acessar outras possibilidades de se fazer ciência.

Em 2019, a experiência de cursar um semestre do curso de Agroecologia no Campus II da UEPB, zona rural de Lagoa Seca-PB, me reacendeu o *insight* da pesquisa, a busca pelos encontros e conexões entre a potência da experiência das mulheres camponesas, agroecologia e saberes locais. Mas foi somente após o ingresso na Pós-Graduação de Serviço Social, na Universidade Estadual da Paraíba, na linha de pesquisa Gênero, Diversidade e Relações de poder, que consegui localizar meu *insight* na ampla literatura feminista que acessei, mais especificamente nos processos de orientação e no contato com as bibliografias disponibilizadas pelo componente Estudos de Gênero, no semestre 2021.1, ambas sob supervisão da professora Jussara Carneiro Costa.

Após vários esforços para reenquadramento da pesquisa ao contexto de pandemia da COVID - 19, logo após o meu ingresso no mestrado, em 2020, tive que adaptar a pesquisa ao cenário. Nesse meio tempo me dediquei às leituras sobre aspectos históricos do feminismo e das lutas de mulheres no campo, através das bibliografias fundamentais fornecidas pela minha então orientadora professora Patrícia Aragão, mas ainda me sentindo insatisfeita quanto ao constructo formulado para acessar o que mais tarde passei a compreender como saber. Quando do contato com formulações baseadas nesse uso, especialmente através do texto de Joan Scott e sua referência a Michel Foucault (2007), negocieei com Patrícia uma transição de orientação, a fim de agilizar a formulação, já que a professora Jussara C. Costa - hoje minha orientadora - já vinha desenvolvendo pesquisas utilizando o referencial foucaultiano articulado às provocações feministas⁷.

O aprofundamento nas leituras me fez revisitar as memórias do material acumulado, enxergando nele a possibilidade de contornar os impasses investigativos associados ao contexto de COVID - 19, direcionando a pesquisa para a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. Constituída há 13 anos, a Marcha vem ano a ano fortalecendo as adesões, com inscrição assegurada na agenda das agricultoras de todo estado da Paraíba, independente das horas de viagem, caminhadas sob sol escaldante, costurada e bordada pelas vivências e experiências próprias,

⁷ Como pode ser visto em Costa e Medeiros (2016) e Costa (2019) e nas atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas à frente do Núcleo de Intervenções e Investigações em Tecnologias Sociais _ NINETS – UEPB

incorporando a agroecologia como processo de produção e formação, anunciando o compromisso público com o combate a todos os tipos de violências, especialmente na agricultura familiar, mobilizando e valorizando os conhecimentos tradicionais das mulheres, incentivando a comercialização de suas produções por intermédio de feiras agroecológicas.⁸

Redefinido o propósito da pesquisa, pensar o primeiro passo foi reconhecer que o processo de sobrevivência das primeiras gerações se transmite a partir do olhar de mulheres na agricultura, implica em lidar com a contradição de que existem atravessamentos de poder que marcam nossas histórias e deslocam a sabedoria de lugar do valoroso ao inutilizado; que adentram os saberes que acionamos cotidianamente para ler o mundo e nele nos posicionarmos, nos enredando em teias de controle cuja complexidade dificilmente conseguimos alcançar, nas quais se faz presente de maneira determinante o gênero como parâmetro de classificação e categorização social, como nos inspira a pensar Joan Scott (1994).

Localizar a funcionalidade do gênero, em suas múltiplas intersecções com sistemas de classificação social baseados em categorizações estabelecidas a partir de sistemas racializantes e sexualizantes, nas engrenagens de funcionamento do poder, de um modo geral, constitui o esforço constante do feminismo que se articula em torno da afirmação de Scott (1994) de que “seus usos e significados nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder de dominação e de subordinação - são construídas” (SCOTT, 1994, p. 12).

Toma-se dessa maneira o feminismo como fenômeno plural e diverso, que se expressa marcado pelas condições locais de enunciação, desencadeando processos sociais de reapropriação do feminino como exercício político que articula simultaneamente dimensões individuais e coletivas. Nesse caminho de encontrar de frente seus “inimigos” se constituem suas práticas de produção de investigações e análises teóricas, ensaios, manifestos, poesias, concomitantemente a pulverização de expressões feministas em múltiplos ativismos. Inicia-se o confronto visando a transformação nas relações sociais organizadas diante das estruturas de classificação e categorização social, profundamente enraizadas com mecanismos de racialização e sexualização dos corpos dos quais resultam complexos arranjos na formação de pessoas.

⁸ Para mais informações, ver ASPTA (2021)

Os posicionamentos dos feminismos aderem ao acolhimento aos saberes das experiências, teorias científicas e vivências políticas. Cada vertente acolhe de maneira diferenciada as demandas das mulheres. Não lineares e unívocos, permitem a pluralidade como componente teórico e como simbologia de transformação social. Entre diversas expressões, suas organizações se dividiram trazendo contribuições, moldadas pelos contextos em que surgem, pelas articulações e interlocuções estabelecidas, enfatizando diversos aspectos dos impedimentos vivenciados pelas mulheres.

Trata-se de expressões por sua vez ainda precárias que se processam reproduzindo concepções dominantes. Como observa Clare Hemmings (2009), as narrativas históricas ainda centradas em marcos históricos selecionados, reconhecidos a partir de critérios como principais e verdadeiros, produzem sérias omissões na descrição das lutas feministas não documentadas ou não reconhecidas segundo determinados princípios de racionalidade, contribuindo para que, a despeito das pretensões emancipatórias que lhes movem, os feminismos se constituam reproduzindo desigualdades de poder e invisibilizando expressões da organização das mulheres que se encontrem fora de eixos constituídos como hegemônicos.

Esses elementos se evidenciam à medida que se aprofunda o entrelaçamento das provocações feministas com os movimentos articulados pelo ataque às dinâmicas coloniais ainda presentes nos nossos paradigmas analíticos, nos nossos esforços de teorização e na articulação das agências políticas.

Para tanto, convém retornar aos acontecimentos que marcaram as décadas de 1960, 1970 e 1980, experienciar o clima estabelecido no entre e pós-guerras e encarar os “fantasmas” do processo de colonização que marcou o século XIX. Nesse contexto, como descrito por Jussara Costa (2022), a crítica feminista se rebela com uma força heurística surpreendente. Ao mesmo tempo que demarca espaço na análise acerca da construção do real, vivencia uma dobra paradigmática dupla, canalizando esforços sistemáticos para uma interrogação qualificada às estruturas de conhecimento que institucionalizaram a subordinação feminina, ao mesmo tempo em que experiência demonstra a implosão do significante mulher, evidenciando as exclusões e hegemonias produzidas. Nesse processo, passa a se envolver nas dinâmicas articuladas na formação de campos de saberes como os Estudos Pós-coloniais, os

Estudos Subalternos do Sul Asiático e a proposta decolonial articulada desde a América Latina⁹.

Contribuíram para tanto as insurgentes vozes da diferença, evidenciadas nas interpelações articuladas pela enunciação coletiva de mulheres que habitavam zonas periféricas do feminismo. Lésbicas, negras e “de cor” residentes nos EUA e Europa, oriundas da América Latina, Caribe, África e Ásia expuseram seu descontentamento com o caráter etnocêntrico, colonialista e heterossexista do discurso feminista dominante, bem como a fragilidade das categorias utilizadas e a pretensão de torná-las universais.

Tais manifestações trouxeram para a experiência das mulheres a dimensão epistemológica da dominação expressa nas teias que se encontram enredadas em suas múltiplas localizações e experiências¹⁰. Em articulação, esses campos difundem a compreensão de que a violência se processa por meio da apropriação, invisibilização dos conhecimentos, saberes e técnicas locais e destacam a importância de resgatar esse saber para construir estratégias mais acertadas. Tais ações se tornarão o fio condutor para questionar: de onde vem a fabricação do seu saber? A partir de quais olhares lhe foram norteados? Por aqui, esse posicionamento crítico se embasa na contestação das práticas de dominação que moldam as estruturas que vinculam as práticas dos sujeitos¹¹.

Recuperar tais conexões constitui um exercício fundamental para situar de maneira assertiva como se localizam, no âmbito feminista, as desigualdades intrarregionais, a dinâmica rural e a relação com as práticas organizadas pelas mulheres. Nesse processo, a indagação sobre suas experiências e enunciações passa a ter como fio condutor o saber acumulado na relação com os espaços de

⁹ Em face a discordância nas abordagens históricas, os estudos subalternos e pós-coloniais criticam a teoria crítica ocidental da universalidade acrítica da cultura da representatividade com suas bases iniciais entre Indianos/as e Jamaicanos/as; o pensamento decolonial latino-americano constrói como teoria política de transformação na práxis compreendendo a produção do conhecimento engajado.

¹⁰ Nesse cenário destaca-se as contestações narrativas trazidas pelo Coletivo *Combahee River* em seu manifesto lançado no ano de 1973 e, em 1981, a publicação da coletânea “This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color: escritos de Radical Women of Color”, uma antologia feminista editada por Cherríe Moraga e Gloria E. Anzaldúa.

¹¹ Foucault nos aponta modos de pensar na erudição do reconhecimento dos saberes a partir do histórico de luta e memórias por meio da construção genealógica como empreendimento de liberar situações de sujeições a partir da discursividade local, atravessados por sua cultura que moldam as relações que localiza como e porque estes conhecimentos ocupam tais espaços que os distanciam dos discursos englobantes e visando a oposição por meio das relações de força. O poder se exerce. Não é todo conhecimento que se aplica através de escritos.

existência, que quase sempre se encontra excluído dos padrões de racionalidade requeridos pela ciência dominante. Daí a acolhida da inspiração foucaultiana (FOUCAULT, 2007) em acessar o saber desqualificado pela injunção saber e poder.

Como pontua Costa (2014), essa desagregação de valor que marca a posição da pessoa colonizada e seu saber não passou despercebida e mobilizou esforços para sua categorização teórica, sendo definida em termos de subalternidade pelo pensamento subalterno sul asiático, reverberando ainda em parte do pensamento decolonial latino americano; de dominação, como processo de assujeitamento, por Foucault (2007); de localização, na proposta de Haraway (1995), em diálogo com Scott (1994); e insurgência, no trabalho de Richard Miskolci (2014).

Um conjunto heterogêneo de conhecimentos silenciados pelas circunstâncias históricas estabelecidas por densas relações de poder, que foram desqualificados, deslegitimados em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns (FOUCAULT, 2007, p.170).

Assim são definidos por Foucault os saberes dominados. Considerando que as nomeações carregam as marcas dos contextos que tornaram possível sua enunciação, tomarei, neste trabalho, as intercursividades insurgentes sob a categorização de saber dominado utilizada por Foucault (2007), por sua ancoragem numa teoria do poder embasada em denso trabalho de pesquisa, publicização, debate e aperfeiçoamento.

A concepção de poder referida vem da preocupação foucaultiana em não propor nenhuma teoria geral do que é o poder, mas sim analisar seu modo de funcionamento e não aquilo que ele é ou representa. Interessam, dessa maneira, os procedimentos que, forjados nas relações que estabelecem, mantêm e transformam os mecanismos de poder para, a partir das lutas, choques e pelos combates, identificar que efeitos do saber produzidos na sociedade e, a partir daí, expor suas engrenagens de funcionamento.

Para compreender de onde é percebido esse tipo de saber, o filósofo Roberto Machado (2007) expõe que a introdução do conceito de saber se insere no desdobramento da trajetória foucaultiana entre arqueologia e genealogia. Enquanto a arqueologia é marcada pela preocupação com pesquisas históricas, pelo projeto de uma construção da arqueologia das ciências do homem, a genealogia se fixa no interesse pelo poder no refinamento das técnicas de governo e controle dos indivíduos

pelo governo de seus corpos, na formação da subjetividade, mas sobretudo nas técnicas articuladas para resistir a esse efeito.

Nessa perspectiva, como observa Joan Scott (1994), a noção de saber se produz de acordo com as culturas de cada sociedade, pois assim demarcam as relações humanas. Se afastando das percepções hegemônicas, a historiadora entende que cada espaço produz seus sistemas de significados, cuja produção e usos nascem de disputas políticas. São os meios pelos quais as relações de poder - de dominação e de subordinação - são construídas, demonstrando que as instituições e estruturas são ordenadas de acordo com a produção dos discursos que se desdobram e impactam na organização social.

Trata-se de um caminho construído por Foucault que tem por objetivo demonstrar, de maneira pedagógica, como a dominação só se torna possível por meio da desqualificação desses saberes acumulados na experiência proporcionada pela relação de amor profunda dos grupos subalternizados com os seus locais de pertencimento e suas técnicas de manifestação individual e coletiva.

Por isso, Foucault enfatiza que um dos efeitos do poder-saber é a desqualificação desses saberes em nome de um saber submetido a processos de racionalização validados por sistemas, sejam eles, regionais, culturais, políticos e/ou científicos. Nesse exercício se aplica a teoria como prática que permite ela mesma destrinchar os mecanismos que concorrem para a invisibilização e desqualificação desses saberes, possibilitando ativá-los como pertinentes aos processos de erudição que permitem acessar as tramas sociais que constituem o que chamamos de real.

Pelas razões apresentadas, recorreremos à noção de saber dominado como fio de interrogação que nos permite acessar as práticas campesinas articuladas na configuração da Marcha Pela Vida das Mulheres e Pela Agroecologia.

Convém lembrar com Roberto Machado (2007, p.169) que não há na proposta foucaultiana a recomendação de metodologia específica para a genealogia, pois o projeto genealógico se cumpre por meio da análise das condições histórico-políticas que tornam possível a emergência dos autorizados e autorizadores, delineando-se, dessa maneira, como “novo caminho para análises históricas dos saberes” (MACHADO, 2007, p.169).

Para Foucault, os discursos se constituem como prática que instituem as realidades que nomeiam, num modo de organização da experiência humana, ao mesmo tempo exitoso, arbitrário e provisório, uma vez que os significados que

atribuem ao real, ainda que apresentem uma continuidade histórica, conformam-se de forma precária, constantemente ameaçada de ser desconstruída. Para a filósofa Judith Butler (2010), são os discursos que criam a realidade, não existindo algo que lhes seja anterior.

Alfredo Veiga-Neto (2011) lembra ser importante apreender que a análise foucaultiana, tanto arqueológica como genealógica, não procura depreender de qualquer estrutura universal, de qualquer sistema de conhecimento ou moral, mas se ocupa em tratar de como os discursos que articulam o que pensamos, desejamos, dizemos e fazemos, constituem os acontecimentos históricos; como o sujeito é historicamente constituído através dos discursos.

Para cumprir tal intento, recuperei elementos que permitiram/permitam reconstituir a genealogia da organização da Marcha, a fim de identificar como a sua tessitura se torna possível. Sendo a Marcha Pela Vida das Mulheres e Pela Agroecologia uma expressão da luta das mulheres camponesas paraibanas, que reconhecem a heterogeneidade de suas vivências como processo de racionalização do seu fazer político, cujos eixos de sustentação são múltiplos - desde as trocas de saberes, cultivo agroecológico que melhore o acesso à renda e bens de consumo a relações de afeto e solidariedade - reencontrar os elementos locais acionados no transcurso de suas existências e experiências, como parte fundamental daquilo que as fortalece, deve ser tomado como parte integrante do esforço por um projeto político de enfrentamento às estruturas e estratégias criadas para o silenciamento e invisibilização simultânea tanto dessas mulheres como produtoras de saber, quanto do próprio saber que elas acessam.

A intenção inicial era realizar a pesquisa por meio de etnografia. As leituras efetuadas fortaleceram a minha percepção de que este constitui o recurso mais apropriado para a empreitada, percepção essa reforçada pela aproximação com Ana Quiroga Fausto Neto (1993) e o destaque conferido por esta autora a importância da etnografia para o Serviço Social, lamentando a fragilidade da aproximação do Serviço Social com as práticas da Antropologia, por se tratar de uma das “formas alternativas de abordar a realidade, que podem ser interessantes para o Serviço Social” (p. 20). Como enfatiza,

a rigor, a “marginalidade” da disciplina deve-se certamente ao fato de sua concentração em objetos e temas que escapavam às questões

políticas tidas como prioritárias, ou se relacionava a forças sociais consideradas secundárias em relação aos grandes movimentos da sociedade, indígenas, negros, camponeses, favelados, mulheres, pobres, desviantes etc. (FAUSTO NETO, 1993, p. 21).

Em face às limitações trazidas pela pandemia de COVID-19, a pretensão etnográfica teve que ser adiada para outro momento. No limite das possibilidades encontradas para compor este capítulo, busquei acessar os materiais que permitissem configurar os elementos que tecem o campo de pesquisa, conformando, ao mesmo tempo, como um saber reconfigurado e redimensionado a partir do acoplamento com a experiência dessas mulheres, inclusive por meio dos confrontamentos até aqui ocorridos. Era minha intenção adentrar nas convivências de modo a conseguir captar os aspectos de memória de suas ancestrais, desde aquelas que invocam as lutas e combates diretos, como Penha e Margarida, como aquelas que aportam na forma de acesso às ricas práticas de saúde e farmacologia, como o uso de ervas e plantas para banhos, chás, unguentos, tinturas e dentre outros; acessar símbolos que lhe fazem demarcar seu espaço de enunciação, os conceitos articulados em conhecimentos. Essa empreitada, contudo, teve que ser adiada. O máximo que acessei, não apenas com a descrição da marcha, mas em refletir a atuação das lideranças em seus territórios, quais narrativas são tidas como presentes e refletem em sua prática política na Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. Pelo contexto da pesquisa, a vivência “direta” das situações foi permutada pela experiência “remota”, geralmente no horário noturno, após a realização dos outros compromissos diários, onde o cansaço, familiares, imprevistos na conexão da internet na zona rural, foram elementos presentes nas entrevistas.

Para a composição deste trabalho tive que lidar com vários impedimentos impostos pelo contexto de saúde mundial que se agravaram pela pandemia da COVID-19, desde a notícia do vírus, das formas de possíveis transmissões e isolamento. Esse momento atingiu todos os territórios em escala mundial, onde os riscos de transmissão se sobrepuseram entre os demais compromissos, tornando necessário repensar as possibilidades para a atual pesquisa. Tinha intenção em entrevistar camponesas dos diversos municípios da Paraíba, que frequentam a Marcha a cada edição e compõem a organização coletiva, seja ela autônoma ou sindical, em sua comunidade. Mas com a necessidade do distanciamento social comprometendo a pesquisa, em articulação com a minha orientadora, conseguimos

estabelecer prosas primorosas com mulheres que ocupam a coordenação da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, enquanto componentes das diretorias dos sindicatos em suas cidades de morada no Agreste Paraibano.

O intermédio destes contatos foi previamente possibilitado pela rede relações políticas e acadêmicas que mantive, assim permitindo acesso ao primeiro contato em fevereiro de 2022, com uma das integrantes da coordenação da Marcha. Logo apresentei a proposta da pesquisa, onde a mesma me sinalizou que as experiências de Ana, Josefa e Francisca detinham elementos que caminhavam de encontro aos questionamentos elencados nesta pesquisa. Para o levantamento de informações da trajetória dessas mulheres que constroem em conjunto com a construção da marcha, ambas coordenadoras, mas cada uma de um território diferente, decidimos uma melhor dinâmica para cada entrevista, que foi executada individualmente, apesar que todas optaram pelo contato remoto no período noturno.

O trabalho de campo ocorreu entre os meses de fevereiro e março de 2022. As entrevistas foram norteadas por um roteiro semiestruturado, que norteou nossos diálogos com duração que variava entre cerca de 40 minutos até 2 horas. Apesar que as transcrições, análises e sistematizações perduraram até 2023 por atravessamentos da pesquisadora.

Respeitando o contexto de cada mulher, a identificação das interlocutoras no processo da pesquisa, far-se-á mediante a utilização de nomes populares no meio rural Paraibano - *Ana, Josefa e Francisca* - reportando sempre as localizações geopolíticas em que se inscrevem suas enunciações. Além disso, os nomes foram pensados como possibilidades para que o texto atravesse a memória afetiva, lembrando a potência que constrói significados distintos em cada território, para que possam ser apontadas pela valorização de seus conhecimentos e ações políticas.

Tal estratégia contrapõe a lógica da representatividade, caso optassem pela exposição dos nomes reais. Mas as descrições de suas atuações evidenciam as ações de quebra com as determinações estruturais que tentam anular, esquecer os seus saberes, tornando-os inexistentes. Que essa pesquisa possa sinalizar a reescrita que as mulheres constroem cotidianamente, tendo como encontro a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia.

O que apresento aqui representa um esforço de sistematização da comunicação construída com base em suas vivências e lembranças, além de

possibilitar uma memória coletiva de mulheres nos seus fazeres políticos para ressignificar momentos históricos.

Através de uma prosa com *Ana*, que se apresenta como agricultora, componente do Polo da Borborema¹² da Paraíba, residente na comunidade chamada Carrasco, localizada no município de Esperança-PB, território já habitado por Povos Indígenas Cariris, engajada no Sindicato Rural de Esperança há 11 anos, sendo parte integrante da diretoria e, atualmente, segunda tesoureira

Todos os dias estou no sindicato, tanto no trabalho interno, mas também faz um trabalho muito a campo. Entrei no sindicato em 2011 e a minha primeira Marcha foi isso, em 2011. E a segunda marcha ela já aconteceu de Esperança que foi em 2012. De lá para cá a gente, muito envolvida na marcha, eu também já entrei, porque eu gosto muito disso de estar onde o povo está. E também o trabalho com as mulheres unidas se fortalecendo (ANA, 2022).

Na semana seguinte, outra importante interlocução foi mantida com *Josefa*, integrante do Sindicato Rural de Remígio desde 1996, onde ocupa atualmente o cargo de vice-presidenta, integrando ainda a coordenação política do Polo da Borborema. Nesse espaço, preside atualmente a Cooperativa da Agricultura Familiar Camponesa do Polo da Borborema (CoopBorborema), criada em 2020 com a proposta do fortalecimento do território agroecológico, visando a sustentabilidade regional nas etapas de produção e fornecimento de fruticulturas, sementes e demais produtos agroecológicos para oferta do excedente aos mercados consumidores.

No terreno das trocas digitais, *Francisca* nos informa sobre a sua origem do território Sudeste de Minas Gerais, vindo para Paraíba em 2001, atuar como Assessora Técnica da Assessoria e Serviços a Projetos de Tecnologia Alternativa (ASPTA) no setor de comunicação, integrando também o corpo editorial da Revista *Agriculturas*.

Acessar os recursos e conteúdos pedagógicos produzidos no processo para construção da Marcha constitui um caminho necessário e viável para os conteúdos construídos por essas mulheres, a fim de identificar como se dá o processo de apropriação, sua utilização e reelaboração, bem como identificar as configurações do caráter local como componente do saber aqui referenciado a partir de: elementos epistemológicos que estão presentes, como interferem nas lutas, reverberando em

¹² Refere-se a uma rede que inclui sindicatos e associações que trabalham com o direcionamento com os princípios da Agricultura Familiar de Borborema da Paraíba.

arranjos que articulam sistemas de gênero, raça e sexualidade na interação com o local, são algumas das questões. Quanto ao segundo aspecto, que se refere aos mecanismos decisórios, a intenção é apreender como as relações estabelecidas podem contribuir para novas formas de exercício da democracia articulando essas as questões.

Dentre os materiais acessados estão as fontes on-line, como sites das organizações parceiras, canal do *youtube* e redes sociais, que reúnem um conjunto de mídias, registros e reflexões produzidas ao longo do processo de mobilização e sensibilização para todas as edições da Marcha; bem como os materiais impressos, que são aqueles utilizados no processo formativo e que se reconstróem a cada tema da marcha, como as cartas políticas, convites, panfletos com as canções que ecoam durante a marcha. Ambos são utilizados como parte da reconstituição histórica da agremiação coletiva, complementados por aspectos que não se encontram documentados, através das prosas e entrevistas realizadas, nas quais procurei averiguar estratégias de articulação, como as pautas se inter cruzam entre movimentos sociais e coletivos, enfatizando as influências e afluências das trocas acumuladas a partir do contato com mulheres camponesas, identificando estratégias no território que aproximem ao fortalecimento da adesão, parcerias, mobilização e a divulgação da Marcha. Por último, a análise alcançou os instrumentos didático pedagógicos do teatro, standartes, depoimentos, feiras e suas formas de utilização e a formação coletiva de suas integrantes, bem como aos processos de definição dos temas centrais de cada edição.

É importante situar que esta análise se pauta no resgate genealógico, sem pretensão de se construir linha do tempo, com o cuidado para não reforçar qualquer perspectiva evolucionista, abordando aspectos fundamentais na construção de conhecimentos transdisciplinares, pois as interlocutoras se posicionam enquanto coordenadoras que são parte da construção desse poder e saber local, evidenciando as várias análises sobre a mesma temática e evidenciando as pluralidades de percepções sobre a Marcha.

Assim, considerando as recomendações elencadas como caminho para acessar as práticas das mulheres camponesas paraibanas, no primeiro capítulo apresento um esforço genealógico dos feminismos que se delinearam na experiência brasileira, identificando sobremaneira, os mecanismos de incorporação das múltiplas experiências das mulheres articuladas. Nesse exercício, trazem à cena os impasses

estabelecidos pelo binômio urbano rural, localizando como aportaram e ainda aportam nas práticas feministas.

O segundo capítulo dedica-se à genealogia das experiências das mulheres articuladas pelas lutas camponesas na Paraíba, localizando os elementos que aportam na conjunção de esforços para a articulação da Marcha das Mulheres Pela Agroecologia, cuja discussão compreende, num primeiro momento, a apresentação da ação política em memória às feministas no Nordeste e suas práticas na esfera pública, e, posteriormente, o percurso de movimentos e suas estratégias de articulação com intuito de transformação de acordo com cada período histórico e político.

No terceiro capítulo busco propiciar uma aproximação com a Marcha, recuperando aspectos históricos que escapam à consulta bibliográfica e aos documentos que circulam pela internet, especialmente porque o volume de trabalhos sobre a mesma é ainda pequeníssimo. Também exploro as parcerias fundamentais, desde ONGs, associações, cooperativas e movimentos sociais que entrelaçam pautas em comum com a Marcha, a fim de perceber como as interlocuções aí mantidas aportam na definição do tema para cada edição e, dentre estes, a maneira como se posiciona a relação com o Estado na cobrança por políticas públicas. O capítulo se complementa com análise de aspectos que compõem a pedagogia feminista exercida pela Marcha. Neste aspecto, trago os processos democráticos de definição de temas, estratégias de divulgação, mobilização e formação e, de modo especial, a marcha em seu fazer-se como acontecimento.

A investigação tomou como suporte empírico um *corpus* analítico que se baseia em pesquisa bibliográfica, visando apoiar a recomposição das narrativas feministas, observando as recomendações teórico-metodológicas e políticas do campo epistêmico articulado pela investigação. Esta, por sua vez, será complementada pela análise de acervo documental que permita acessar os elementos que comporiam esse saber campesino “local”, composto por materiais usados em campanhas, análise de motes utilizados nos materiais publicitários, das estratégias metodológicas utilizadas na articulação de parcerias e adensamento da mobilização, dentre outras que ainda surgiram no processo.

Entre as questões orientadoras da investigação, a necessidade de averiguar como se dão os processos de acoplamento das questões locais e as agendas formuladas pelas redes feministas as quais interagem, entre elas: o GT Mulheres e

Agroecologia da Articulação do Semiárido Paraibano (ASA Paraíba) o GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); a Marcha das Margaridas e o Movimento de Mulheres Camponesas; como se dá essa interação com a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia; que conteúdos são acessados no seu delineamento de prioridades políticas para formação de agendas; que aspectos se fazem presentes ou ausentes conformando essa resistência; como podem ser (re)apropriados para potencializar as lutas locais e outras lutas.

Com o processo, visa-se registrar a heterogeneidade de saberes camponeses paraibanos acionados pelas mulheres camponesas na recriação de práticas de resistência locais e visibilizar as técnicas de organização adotadas pelas mulheres articuladas na construção da Marcha pela vida das Mulheres e pela Agroecologia como parte de uma estratégia que integra as maneiras de organização das mulheres camponesas paraibanas. A análise abrangeu o período de 2010 a 2022.

Uma das justificativas para a escolha do tema corresponde ao lugar de experiência de vida da pesquisadora. Como filha e neta de agricultores, na condição de migração do interior - Olivedos-PB a João Pessoa-PB, à capital do estado, em busca de melhores condições de vida, pude observar na minha experiência cotidiana como minhas ancestrais acionaram e ainda acionam esses saberes para resolução de problemas cotidianos, ao passo que fortalecem vínculos comunitários mantidos pela troca de saberes, fortalecendo também as possibilidades de protagonismo individual e coletivo.

Ao mesmo tempo em que as leituras acessadas com o início da pós-graduação me proporcionaram um deslocamento epistemológico que afetou minha percepção, encontro-me ainda no processo de apropriação dos campos que possibilitam a reorganização da apreensão, bem como a adequação e realinhamento teórico metodológico que permitam recompor os itinerários da pesquisa. Tudo isso ao mesmo tempo em que experimento o “desnorteamento pela terapia de eletrochoque epistemológico”, a que se refere Donna Haraway (1995), causado pelas provocações trazidas por provocações epistemológicas até então desconhecidas.

A escrita precária expressa, pois, o esforço desesperado em rearrumar os dados já acessados, concomitantemente à instabilidade de quem vem passando por deslocamentos constantes, a ponto de desconfiar da própria escrita, mas ainda assim arriscando o esforço. O trabalho apresenta-se, portanto, como uma tentativa de sistematização desse esforço possibilitando ser um caminho entre tantos olhares,

alimentando a sensação de inacabado, uma tentativa de se recriar no processo, que se encontra em permanente construção.

CAPÍTULO I - FEMINISMOS DO BRASIL

1.1 PARA COMEÇO DE PROSA, UM BOM MOTE

No âmbito dos Estudos Feministas, pesquisadoras como Donna Haraway (1995), Adriana Piscitelli (2001) e Evelyn Fox Keller (2006) vêm chamando a atenção para as limitações presentes em análises feministas que desconsideram as fissuras na unidade e universalidade do sujeito mulher como significante para as políticas.

Conquanto percorrendo os trajetos feministas, identificam tensas mudanças ao reconhecimento das diferenças, sejam nos aspectos político, teórico e prático formulados a partir dos olhares de feministas negras, do “Terceiro Mundo”, pelo feminismo lésbico e pela atuação das mulheres nas entranhas da ciência, percebidas entre as suas multiplicidades de diferenciações como marco do pensamento feminista sob a categoria da interseccionalidade¹³.

Articulados, esses coletivos pautam a necessidade de abolir hierarquizações entre marcadores sociais da diferença como raça, gênero, sexualidade, geração, território, dentre outros, considerando os contextos específicos por essas identidades e corpos vivenciados, apontando como a análise crítica sobre o gênero tem se dado, por exemplo, sob o domínio da heterossexualidade e branquitude¹⁴ como norma dada naturalmente, que permite reconhecer as formações discursivas de suas perspectivas, analisando os deslocamentos aos referenciais teóricos utilizados. Entretanto, se problematizam modelos teóricos totalizantes e a perda da identidade política entre as mulheres articulado ao gênero (PISCITELLI, 2008).

Percebe-se, portanto, que quanto mais se abre à diferença, mais se defronta com a dificuldade de abarcar a complexidade englobada nas práticas feministas. Por oportuno, Hemmings (2009) afirma que os feminismos devem manter como preocupação constante suas próprias desconstruções com base nas solicitações aportadas pela sua multiplicidade.

¹³ A partir da percepção de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), a interseccionalidade é compreendida como ferramenta analítica, que mostra como as categorias de relações de poder se interconectam, pelo saber: o estrutural, o cultural, o disciplinar e o interpessoal, sendo duráveis ao longo do tempo e no espaço.

¹⁴ A categoria também se encontra sob processo de redefinição e tratamento teórico após contato com as reflexões de Richard Miskolci em sua obra: *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do sec. XIX* (MISKOLCI, 2012). e Margareth Rago em sua obra: *Sexualidade e identidade na historiografia brasileira* (RAGO, 1997).

Em se tratando das discussões aqui apresentadas, Haraway (1995, p. 24) nos fornece a metáfora da conexão em rede, lembrando que “é necessário partir de uma análise que privilegie a contestação, a desconstrução e a conexão em rede para desconstruir os eixos de dominação”.

Os apontamentos oferecidos pelas autoras acima referenciadas são importantes para localizar como as práticas feministas brasileiras se organizam considerando essas questões e, ao mesmo tempo, no mesmo movimento, seguindo a linha sugerida por Foucault (2007), no seu projeto genealógico, ativar os saberes silenciados.

1.2 FEMINISMOS NO BRASIL

Embora destacando seu caráter heterogêneo, desde a República Velha, entre os anos de 1889-1930, ou seja, compreendendo finais do século XIX e início do século XX, o que se reconhece como prática feminista no Brasil também opera mediante silenciamentos, privilegiando determinados modelos de atuação e construção de sujeitos histórica e hegemonicamente posicionados em lugares sociais de privilégios em detrimento de outros que estão atravessados por processos de subalternização e inferiorização.

Celi Pinto (2003) apresenta-nos três tendências feministas para o período, sendo a primeira representada pelos movimentos articulados em torno do sufrágio universal liderados por Bertha Lutz, denominados pela autora de feminismo “bem-comportado”, articulados pela reivindicação de direitos civis e políticos para as mulheres, sem, no entanto, questionar os mecanismos de opressão que geraram sua subtração. Sob inspiração evolucionista, viam a inclusão das mulheres à cidadania não como indicativo de que as hierarquias de gênero precisavam ser alteradas, mas como complemento para o bom funcionamento da sociedade.

A segunda tendência, denominada de feminismo “mal-comportado”, reuniu um diversificado grupo de mulheres, formado por intelectuais, anarquistas e líderes operárias, articuladas, para além do acesso a direitos civis, políticos e sociais, especialmente a educação, pelo questionamento da dominação masculina e defesa da autonomia feminina, abordando tabus da época, como a sexualidade e o divórcio.

Já a terceira, foi considerada pela autora como o “menos comportado” dos feminismos, por buscar interferir diretamente nas estruturas de poder que restringiam

os direitos das mulheres, manifestando-se especificamente no movimento anarquista e no Partido Comunista, tendo como expoente Maria Lacerda de Moura e, como resultado, a fundação do Partido Republicano Feminino, em 1910, e da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), em 1918, impulsionando ainda o jornalismo feminista.

É preciso compreender que essa classificação da autora (PINTO, 2003) revela-se arbitrária porquanto adota o pressuposto valorativo de considerar mais revolucionária a luta voltada para a ocupação de espaço partido e nas estruturas da institucionalidade estatal, perspectiva que era, por exemplo, como observa Samanta Colhado Mendes (2018), rechaçada pelas anarquistas que se juntaram ao levante.

Assim sendo, as reivindicações que compuseram os feminismos apontados por Pinto (2003) correspondem ao tipo de enunciação pública das mulheres no período: participando das greves das tecelãs por melhorias salariais e redução da jornada de trabalho, por redução de 08 horas e salário igual para homens e mulheres, culminando com a paralisação da capital paulista¹⁵.

O movimento de autorrepresentação se desenvolvia em vários países. No Brasil, o golpe de Estado promovido por Getúlio Vargas em 1937 impôs um recuo feminista que se estendeu até as primeiras manifestações nos anos de 1970. Somente em 1945 surgiu no Rio de Janeiro o Comitê de Mulheres pela Democracia, através do qual se desenvolveu a luta pela anistia. Neste mesmo ano foi fundada a Associação de Donas-de-Casa contra a Carestia.

A Associação Feminina do Distrito Federal se espalhou pelo Rio de Janeiro, a capital do país, e foi organizada contra o despejo de favelas, a inflação, em defesa da vida, da infância e da paz. A Assembleia Nacional Constituinte instalada em 1946 não contou com a presença de nenhuma mulher. Enquanto a constituição de 1934 não admitia a discriminação por sexo. A defesa do divórcio também causou polêmica, mas o casamento permaneceu como monogâmico e indissolúvel, sem reconhecimento dos direitos dos filhos que resultaram em adultério.

O discurso desenvolvimentista enfatizado pelo então governo do então presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) apresentou o arquétipo da mulher “liberada”. Desde que não negligenciam os deveres conjugais e maternais,

¹⁵ Como ocorreu, em 1906, na Fábrica São Bento, em Jundiaí-SP, e das operárias têxteis da Fábrica Crespi, em 10 de junho de 1917.

incentivava-se a ida das mulheres para universidades e a trabalharem fora do lar, como aponta Anette Goldberg (1989a).

As lutas desenvolvidas pelas mulheres no período direcionaram-se a problemas como a carestia, falta de água, habitação, defesa de infância e maternidade, acesso à educação e creches. Também se destacaram na luta pela anistia e pela democracia. Em 1954 realizaram a Primeira Conferência sobre os Direitos da Mulher da América Latina e em 1963 o Primeiro Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora, articulado em defesa de salário igual para trabalho igual e da aplicação efetiva das leis sociais e trabalhistas a favor da mulher. Além de direitos ligados ao trabalho, o principal foco de reivindicação do período foi a reforma no Código Civil propondo-se então a anulação dos artigos discriminatórios em relação à mulher casada.

Com o golpe de 1964, as organizações de mulheres se dissolveram e desapareceram da cena política, voltando a atuar somente na década de 1970. Nesse meio tempo entrou em cena o discurso da mulher emancipada, pautado num ideal de feminilidade que despontou nos anos 1960, com o estímulo ao ingresso das mulheres nas universidades, desde que os deveres conjugais e maternos não fossem negligenciados e dessa maneira

os sentidos atribuídos à profissionalização não se relacionavam à realização pessoal através de um projeto profissional, mas à possibilidade de ascensão social e autovalorização no mercado matrimonial, razão pela qual se reforça no período a idealização do amor romântico (GOLDBERG, 1989, p. 18-19).

Goldberg também lembra que, até os anos de 1960, a identidade de gênero ainda não tinha sido problematizada por nenhuma experiência coletiva feminina, limitando-se a funcionar como dado de negociação individual e que a única reunião de mulheres de que se tem notícia no período constituiu um empreendimento de tipo “salvador”, quando apoiadas no discurso sobre a maternidade se uniram para protestar contra a violência das ações policiais sobre estudantes e operários.

Para Amélia Teles (1995), a retórica do “milagre econômico” no discurso estatal amorteceu o caráter arbitrário do Ato Institucional nº 5, o AI5. Com isso, o regime contou com o apoio de parte considerável da classe média do país. Como reação à repercussão do histórico comício realizado em frente à Central do Brasil e ao anúncio das reformas de base pelo presidente João Goulart, em 13 de março de 1964, as

forças conservadoras responsáveis pelo golpe se empenharam em mobilizar bases sociais para dar sustentação política e legitimidade ao golpe e para isso recorreram às mulheres. “Milhares foram utilizadas e saíram às ruas, em defesa das forças de direita, engrossando a Marcha com Deus pela Família e Liberdade. Quinhentas mil ‘marchadeiras’ em São Paulo, 200 mil em Minas e assim por diante” (TELES, 1999, p. 53).

A identidade “mulher” também foi acionada nos constrangimentos e violências impostas àquelas submetidas à prisão e tortura durante o regime, mediante o emprego da violência sexual e o uso da relação mãe e filho, explorando os atributos femininos para tornar as mulheres mais vulneráveis e sensíveis à dor, como encontramos nos trabalhos de Cynthia Sarti (2004) e Maria da Glória Gohn (2007).

A ditadura militar iniciada em 1964 impediu qualquer manifestação popular, assim como reuniões, associações e debates. Para existir, o feminismo contou com o apoio da Igreja Católica, cujos interesses acabavam se sobrepondo aos das mulheres. Se por um lado promovia a participação das mulheres na vida comunitária, por outro reforçava sua permanência nos papéis familiares tradicionais, a exemplo dos Clubes das Mães, grupos de mulheres que contavam com o apoio da Igreja Católica para se organizar por melhores condições de vida, reivindicando transporte, saneamento básico, habitação, atendimento à saúde e educação, denunciando as carências e desigualdades do espaço brasileiro e que, durante a ditadura militar, aderiu ao movimento feminista com o apoio da Igreja, como encontramos nos trabalhos de Sarti (1988), Daniela Manini (1995/1996) e Gohn (2007).

A preocupação em manter o apoio da Igreja influenciou nas características políticas do feminismo do período, que não perderam possíveis aliados/as, dada à situação política do país, lembra a historiadora Joana Pedro (2003). Diante das circunstâncias, as feministas encontraram nas organizações e partidos de esquerda um espaço para lutar pelas demandas das mulheres. Muito raramente exerceram funções de prestígio e reconhecimento social. Mesmo no movimento armado o papel coadjuvante abriu-lhes espaço apenas para tarefas “femininas”, brechas aproveitadas para armar processo de articulação nacional e ampliar os espaços feministas.

Deste modo, no Brasil, mulheres se organizavam desde a militância política, realizando estratégias adjacentes à esquerda, que não está isenta da ocupação de relações desiguais nos espaços de poder. A dificuldade de construção de um debate coletivo impulsionou a criação do Centro da Mulher Brasileira (CMB), representando

uma vanguarda revolucionária de mulheres que pactuaram alianças com movimentos sociais que abordassem pautas relacionadas à transformação social, como aponta a historiadora Rachel Soihet (2005). As pautas abordadas pela entidade variavam de acordo com a contribuição de cada participante, inclusive com grande incidência partidária de esquerda. No debate fermentavam temas de saúde, educação, trabalho, sexualidade feminina, integração da mulher ao mercado de trabalho, a mudança do Código Civil, participação feminina na política, o aborto e violência.

Conforme Goldberg (1989b), até a década de 1970 a mulher manteve-se presa ao ideal de feminilidade nos moldes patriarcais, marchando a favor da tradição, família e propriedade ou exercendo funções coadjuvantes em missões de alto risco, em muitos casos sem direito a manifestar opinião nas organizações de esquerda.

Mariza Corrêa (2001) observa que, mesmo sendo relativamente homogêneo na maneira de se organizar, o feminismo brasileiro que se articulou no período é bastante heterogêneo quanto a sua composição, não sendo tarefa fácil traçar seu perfil. Havia em comum entre as feministas do eixo Rio/São Paulo o fato de serem mulheres de esquerda, estudantes ou já profissionais movidas por uma visão igualitária, questionando papéis tradicionais destinados às mulheres.

Ainda na década de 1970 começaram a circular pelo país os jornais Brasil Mulher (1975-1980) e o Nós Mulheres (1976-1978), feitos por mulheres e a elas dirigidos com o compromisso de difundir as reivindicações e propostas relacionadas à condição feminina. Resultando da elaboração de coletivos de mulheres organizadas, a maioria de militantes de esquerda, tinham a comercialização feita mão a mão, nas sedes das organizações, ou vendido em determinadas bancas de jornal abordando desde pautas relacionadas às condições de trabalho para temas mais ligados à violência doméstica, direitos reprodutivos, aborto, anticoncepcionais, planejamento familiar, apresentando novos elementos ao vocabulário feminista, como aponta Costa (2014)

Para completar o cenário, além do retorno das exiladas, o esgotamento das promessas construídas em torno do “milagre econômico”, em especial pela situação de pobreza agravada pela crise desencadeada no período, aproximou as mulheres de classe média e camadas populares, alterando significativamente a configuração que o feminismo brasileiro teria daí pra frente.

Para Rosalina Leite (2003) a volta das exiladas de várias partes do Ocidente, onde iniciaram seus ativismos feministas, também influenciou a diversificação e as

divergências entre as brasileiras, inclusive aquelas que compunham o jornal *Nós Mulheres* e por isso “a linha adotada nunca foi muito consensual entre as integrantes” (LEITE, 2003, p. 236). Para Corrêa (2001, p. 17), “o confronto entre militantes e pesquisadoras pode ter influenciado a não existência de uma imprensa feminista unificada no país”.

Entre 1978 e 1982 vários eventos foram realizados com o propósito de discutir as questões das mulheres, tais como o primeiro e o segundo Congresso da Mulher Paulista; a criação do Centro de Informação sobre a Mulher (CIM) que mantinha as organizações e movimentos de mulheres espalhados pelo país informadas das ações do movimento; o Tribunal Bertha Lutz, organizado para discutir as discriminações sofridas pelas mulheres no trabalho; e o Festival Nacional das Mulheres nas Artes, evento que trouxe delegações de mulheres de várias partes do mundo.

Por oportuno, Sarti (1988) e Goldberg (1987) observam que, mesmo com as dificuldades apresentadas, a experiência do feminismo no período permitiu a configuração de uma nova referência para a identidade ‘mulher’, o que constitui o sentido radical do movimento feminista como manifestação coletiva das mulheres e politização do mundo privado. Nesse contexto surgiu o ideal da “mulher liberada”, com idade entre 25 e 30 anos, pertencente a setores de classe média favorecidos pelo milagre econômico, cuja ascensão aparece atrelada a realização individual pautada na formação universitária e profissional, desvinculada, contudo, de qualquer questionamento às hierarquias de gênero em especial na esfera doméstica.

Ante as problematizações até presentemente transcorridas, considerar, como lembra Costa (2014) que, se no eixo Europa/Estados Unidos o cenário era de efervescência política e cultural, anunciando uma revolução dos costumes, no Brasil se vivia um clima de repressão intensa e a sociedade brasileira começava a esboçar seu descontentamento com o regime. Nesse contexto, o feminismo brasileiro conseguiu se firmar como força política e social consolidada, participando e influenciando processos importantes como, por exemplo, a Constituinte, além da criação de importantes mecanismos de defesa dos direitos das mulheres. Grupos feministas se espalharam pelo país e se atomizaram. Feministas que se propunham a ocupar novos espaços governamentais e aquelas que insistiam na exclusividade dos movimentos como espaços feministas polarizaram direções tomadas pelo feminismo no momento.

De acordo com Ana Alice Costa (2005), observa-se também nesse período que se registra o crescimento de um feminismo popular e a diluição de barreiras e resistências ideológicas para com o feminismo e, conforme Sarti (1988) "na década de oitenta, o tema mulher continuou ocupando espaço, "os meios de comunicação abriram espaço para as questões das mulheres, atribuindo, ainda que indiretamente, maior visibilidade e credibilidade ao movimento", destaca Sarti (1988, p. 43), cujas ideias começam a ser disseminadas pelo país e, dessa forma, os debates sobre a autonomia e a emancipação das mulheres conquistaram espaço na mídia impressa, bem como televisiva, em programas direcionados para o público feminino.

Para Costa e Sardenberg (1994) as agendas enunciadas em torno de lemas como "o pessoal e político" evidenciam também a insatisfação pela maneira como a pauta feminista era acolhida na construção da esfera pública defendida pela esquerda do período, razão pela qual "o feminismo de esquerda no Brasil não assumiu características próprias que o distinguisse do feminismo socialista mundial surgindo como tentativa de desaparelhar do Partido Comunista do Brasil" (COSTA; SARDENBERG, 1994, p. 101).

As autoras reconhecem, entretanto, que o descontentamento em relação à maneira como eram tratadas as questões feministas, produziu uma complexificação no âmbito feminista marcada por intensos debates entre correntes autônomas e partidárias, rachas, dissidências e o surgimento de novos grupos. Dessa maneira, mesmo com as divergências internas, o feminismo que emergiu na década de 1970, marcado por divergências entre diversos grupos de militantes, ainda, em relação à orientação do PCB, conseguiu na década de 1980, unidade de atuação em momentos estratégicos, como a constituinte, à medida que se complexificou por caminhos cada vez mais diversos.

Também lembram ser nesse contexto de final da década de 1980 que se registram a criação de Fóruns Feministas ou de Mulheres (como no caso de Salvador, Bahia) junto às constituintes estaduais e municipais e que a crescente mobilização em torno de questões específicas à condição feminina em nossa sociedade gerou um excepcional interesse em estudos e pesquisas concernentes à mulher. Desses esforços resultaram a criação de núcleos e grupos de estudos sobre a condição feminina e as relações de gênero na universidade e intuições de pesquisa como elemento de disseminação da produção do conhecimento não só da condição feminina, mas do próprio feminismo enquanto movimento social e político. Costa e

Sardenberg (1994) ainda lembram que os estudos sobre a mulher no Brasil se iniciam nos anos sessenta, vinculados à transformação da condição feminina, embora ainda sem a mediação do gênero como categoria de análise¹⁶ e “devido às nossas condições históricas específicas, só nos anos 70, notadamente a partir das comemorações do Ano Internacional da Mulher, é que estes trabalhos começaram a ganhar maior impulso” nos anos de 1980. A introdução do uso do gênero como categoria de análise, na transição para a década de 1990, evidencia as fissuras adicionadas com a introdução as feministas acadêmicas que passam a ser evidenciadas, conforme vemos em Costa e Sardenberg (1994)¹⁷.

Pinto (2003) acrescenta ainda que, no processo de democratização vivido na década de 1980, duas questões tiveram de ser enfrentadas pelo feminismo: a unidade do movimento ameaçada pela reforma partidária de 1979, que dividiu as oposições; e as medidas anunciadas pelo Ministério da Saúde no que concerne aos temas planejamento familiar, sexualidade e aborto. A decisão de influenciar o Estado produziu um redirecionamento do movimento para questões priorizadas pelas agências mundiais no campo da saúde e direitos reprodutivos.

A possibilidade de atuar na esfera do governo incitou os ânimos no VII Encontro Nacional Feminista, prevalecendo no final a posição de que haveria negociação com o governo de Tancredo Neves em troca de espaço para ações como as campanhas realizadas no período, dentre as quais a “Constituinte Pra Valer Tem Que Ter Palavra de Mulher” e “Lobby do Batom”. Nesse contexto foram implantadas as primeiras políticas para as mulheres, na década de 1980, a exemplo do primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1983, e da primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, em 1985, ambos no Estado de São Paulo. Também foram criadas suas instâncias gestoras e tais organizações se disseminaram posteriormente por todo o país. Ainda em 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, ligado ao Ministério da Justiça. No âmbito de políticas públicas, a instituição do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) se dá ainda em 1983.

¹⁶ Aqui as autoras se referem especialmente ao trabalho pioneiro de Heleieth Saffioti em sua obra: *A Mulher na Sociedade de Classes*, referência para os estudos feministas e de gênero

¹⁷ A percepção desse elemento também é recente. Nas leituras anteriores não tinha percebido o feminismo acadêmico na cena relacionado à tensão com os usos do gênero como categoria analítica. O insight só foi despertado no transcurso das aulas do componente Gênero, Etnia/Raça, Geração e Diversidade Cultural.

O contexto nos apresenta dois cenários importantes para a identificação das novas formas que o pensamento e o movimento feminista tomaram: o primeiro refere-se à dissociação entre o “pensamento” feminista na construção da teoria analítica e o movimento na articulação do fazer político; o segundo, à profissionalização do movimento por meio do aparecimento de um grande número de ONGs que se tornaram a mais forte expressão do movimento feminista na virada do século.

As conquistas alcançadas através da negociação mantida com o Estado sofreram um duro revés com a ascensão de José Sarney à Presidência da República. Os conselhos de direitos das mulheres passaram a funcionar precariamente. Os organismos de políticas para as mulheres chegaram à década de 1990 extremamente fragilizados e o feminismo articulado em torno dessa estratégia também. Enquanto isso multiplicaram-se ONGs e núcleos de estudo em gênero pelo país e com eles várias versões do feminismo.

Como observa Costa (2014), concentrando sua atuação na agenda por políticas públicas, o feminismo da década de 1990 sentiu o peso das medidas de ajuste econômico adotadas no período e se encontrava fragmentado e desarticulado, voltando a se organizar em novas bases a partir de janeiro de 1994, com a convocação do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher/UNIFEM, para primeira reunião preparatória para IV Conferência Mundial da Mulher, a Conferência de Beijing, em 1995, processo que rearticulou grupos feministas dispersos pelo Brasil.

No que se refere às discussões até aqui levantadas acerca da condição da mulher na sociedade e como os movimentos de luta (feministas) se articularam/articulam em torno da luta pela emancipação das mulheres, Sonia Alvarez (2000) observa que o processo de articulação para Beijing foi de importância significativa para rearticulação de todo o feminismo latino-americano. Ao analisá-lo aponta cinco tendências na política feminista latino-americana dos anos 1990, que passam pela realização da Conferência de Beijing. Em primeiro lugar possibilitou a ampliação do espaço dos feminismos e a incorporação de uma diversidade de identidades. Em segundo, a dinâmica estabelecida no período demonstrou a absorção relativamente rápida de certos elementos do discurso e agendas feministas por parte das instituições culturais dominantes, partidos políticos e centrais sindicais. Em terceiro, observa que cresceu progressivamente a profissionalização e especialização de alguns setores dos movimentos feministas, conduzindo à quarta tendência, expressa na crescente articulação dos diversos espaços e lugares de política

feminista e na grande quantidade de redes especializadas, articulações informais e estruturadas. Por último, observa que se intensificaram os processos de transnacionalização dos discursos e práticas do movimento feminista propiciado pela articulação com algumas ONGs.

Costa (2005) e Costa e Sardenberg (2012) lembram ainda que, no Brasil, de modo específico, se reconhece a organização da ida a Beijing como um processo que trouxe nova energia ao movimento feminista do país, como marco para a retomada da articulação feminista, acompanhado da emergência da aliança com um tipo de feminismo popular, marcado pela diluição de barreiras e resistências ideológicas para com o feminismo.

O feminismo articulado pela experiência de Beijing foi marcado pela força da diversidade no vocabulário político da época, aglutinando mulheres vivendo diferentes “especificidades” no movimento, o que permitiu o confronto de diferentes significados para o sujeito mulher. As mulheres negras são as primeiras a exporem suas “diferenças” e reivindicar espaço. Posteriormente vieram as lésbicas, indígenas, deficientes, só para citar algumas diferenças.

Ao refletir sobre a experiência ativista nos anos 1980 e sobre o que vivenciou no 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, em 2005, as autoras observam a existência de diferenças na forma e na direção pelas quais o sujeito mulher é repensado. Se nos anos oitenta o que se impunha era uma discussão sobre a questão da “mulher”, na qual as “especificidades” – raça/etnia e sexualidade – marcavam os discursos situados em relação à identidade maior (mulher e/ou mulheres), já não é mais possível pensar numa suposta identidade maior, sem passar pelas diferenças. Em meio a esses acontecimentos surge a Articulação de Mulheres Brasileiras e a Marcha Mundial de Mulheres

Nos anos 1980 um novo feminismo foi se delineando, propondo abertura a mulheres étnicas e culturalmente diferentes. Esse movimento de mulheres se contrapõe em participar de um feminismo que enxergue descolorida e desracializada, pois alimenta a invisibilização de sua história enquanto sujeito, assim reforçando silenciosamente a interpretação de corpos animalizados, construídos pela biologização do corpo negro, que suportaria a superexploração econômica e sexual, como aponta Leila Gonzalez (2020). Na mesma obra, esta autora também observa que o feminismo latino-americano em suas primeiras articulações, demonstram que as reivindicações iniciais expressam a ideologia do branqueamento, experiências

estas que invisibilizam os aparatos ideológicos como uma única via de pensamento, considerada universal e verdadeira. Por isso, as relações raciais eram direcionadas a um silêncio ruidoso, por não evidenciar as desigualdades existentes entre as mulheres não-brancas que abstrai o seu caráter multirracial e pluricultural.

Neste sentido, Soihet (2006) traz a importante lembrança de que as abordagens sobre feminismos e grupos de mulheres que se desenvolveram a partir da década de 1970 têm promovido uma homogeneização do feminismo brasileiro referenciada pelo eixo Sudeste/Sul.

Reconhecendo a pertinência da questão apresentada pelas autoras, recorri a uma descrição mais densa dos eventos feministas acontecidos nesse eixo como forma de demonstrar a centralidade conferida ao espaço urbano, mobilizando a interlocução com alicerces analíticos que enfatizem tais dinâmicas, acumulando pouco sobre lutas que transcorreram marcadas pelo binômio urbano/rural.

1.3 A DICOTOMIA RURAL / URBANO NOS FEMINISMOS DO BRASIL

Apoiada nas provocações de Scott (1995), Maria Ignez Paulilo (2004) destaca como essa busca de unificação na utilização do gênero como ferramenta analítica dificulta a identificação dos pluralismos das diferenças que o próprio conceito busca contemplar, chamando a atenção para o que poderíamos denominar de um *ethos feminista* campesino que articula a construção dos movimentos autônomos, acolhendo as experiências das mulheres que se organizam para falar livremente sobre as desigualdades vivenciadas no seu cotidiano, sem desqualificar as informações compartilhadas.

Em primeiro lugar, a autora destaca a invisibilidade dessas formas de organização como parte da invisibilidade de outras formas de agremiação coletiva que não se organizam primordialmente segundo os padrões de racionalidade organizados a partir da realidade operária e fabril.

Conforme observa Samanta Colhado Mendes (2018), as lutas organizadas em torno da autonomia, que confrontam a teleologia associada a triado sindicato-partido-Estado aparecem pouco nas narrativas formuladas sobre o feminismo e, nesse sentido, a invisibilização dos processos anarquistas é um caso exemplar. Direcionado ao anonimato cujos rastros documentais se deram através de fontes de fichas policiais. Influenciado pela cultura organizativa trazida por imigrantes europeus entre

os séculos XIX e XX, seja na área de agricultura ou indústria caracterizou-se por priorizar a organização nas condições de vida e do trabalho operário, a partir da recusa ao Estado como regulador, apostando, por essa razão, na organização de ações diretas, boicotes aos postos de trabalho, greves, manifestações e debates.

Como afirma Ana Paula Romão de Souza Ferreira (2017), essa corrente contestatória do anarquismo não concordava com a aposta no sufrágio universal, por entender que a maneira como fora negociada fortificava o poder oligárquico e inspirava valores burgueses, que seriam reproduzidos pelo poder Executivo, Parlamento e Judiciário. Suas ações defendiam inúmeras formas de ações de confronto direto às lutas reivindicadas em que fossem possíveis pensar as questões femininas e, como lembra Mendes (2018), os debates perpassavam desde os papéis impostos às mulheres - situando o quão diferente se aplicava a opressão - a exploração da excessiva carga de trabalho, os abusos sexuais, entre outros temas. Para tanto, recorriam às denúncias através de jornais, folhetos, grupos de reuniões, artigos reafirmando a mensagem que a educação libertária, seria a fonte para a revolução social e emancipação feminina,

Ainda que esteja em fase aproximativa de leitura, encontrei nos primeiros acessos ao pensamento subalterno sul asiático (CHAKRABARTI, 2000) a formulação gramsciana de que as formas de manifestação e resistência política baseadas no uso da literatura e teatro populares, no resgate dos “mitos”, contos e “lendas” guardados em folhetos semelhantes ao nosso cordel, por não se inspirarem no imaginário do sujeito político representado pelo operariado, como idealizado no imaginário marxista, seriam desprovidas de potencial revolucionário, pois estariam em estado embrionário, sendo entendidas meramente como depositárias e transmissoras vivas e ativas de visões de mundo, absorvidas dia-a-dia pelas pessoas comuns, entendidas como ausentes de uma racionalidade.

Com base nesse entendimento, Gramsci¹⁸ concluía que, para dar essa unidade, seria necessário intelectuais comunistas capazes de penetrar na ação das massas e, junto com elas, elaborar uma visão de mundo necessária a tais propósitos, certa teleologia na análise das resistências desses grupos sociais subalternos do século XVIII e início do XIX e, sobretudo, a insistente distinção entre política e pré-

¹⁸ Aqui reconheço que a complexidade articulada pela crítica subalterna a teleologia presente nas formulações gramscianas necessita de maior aprofundamento.

política que está nesses textos (as “formas informes”). Para Gramsci, quanto maior a consciência de classe, maior a consciência de Estado.

Vale salientar que, no contexto de luta pela independência indiana que marcou a década de 1950, as críticas direcionadas por Chakrabarti (2000) à maneira como as premissas gramscianas foram retomadas por Hobsbawm abriram um caminho promissor para a crítica à dimensão da dependência colonial presente nos pressupostos evolucionistas e etapistas próprias à teleologia moderna e como estas estavam presentes no marxismo. Na América Latina, o sociólogo venezuelano Edgardo Lander (2000) e Ramon Grosfoguel (2008; 2012) desenvolvem um pensamento que se aproxima das questões de Chakrabarti.

Iniciática, minha aproximação a esses autores tem se dado muito por indicação complementar no processo de orientação e também pela maneira como contato os mesmos através de autores/as locais que o acionam, sobretudo para ler a dinâmica da nossa realidade.

Neste sentido, são válidas as reflexões desenvolvidas pelo professor Cesar Sanson acerca de como o paradigma marxista utilizado pela esquerda latino-americana se expressa na materialização de políticas de Estado para os povos originários (SANSOM et al. 2013).

Para Sanson et al (2013), o alinhamento com um marxismo reducionista, que vê as forças produtivas – trabalho e capital – como meio para controlar e transformar os recursos naturais com vistas à produção de bens materiais como base do necessário crescimento econômico nos moldes capitalistas, ainda hegemônico na atual esquerda latino-americana, os povos indígenas num obstáculo ao pleno desenvolvimento do modelo em curso; uma vez que ocupam os territórios onde se encontram os recursos vitais para o modelo, eles devem ser removidos. Ele toma o caso brasileiro como emblemático pois o modelo econômico adotado pelos governos mostraram-se altamente dependentes da exploração e exportação de matérias - primas, em especial de *commodities* agrícolas e minerais e, para viabilizá-lo, o Estado brasileiro investe pesado em obras de infraestrutura na área de transporte e geração de energia que permitam o total controle do território e na medida em que está ocupado por indígenas ou outros povos tradicionais - quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos –, eles se tornam um empecilho e precisam ser removidos.

Por essa razão, questiona ainda a ausência de crítica por parte dos progressistas ou da nova esquerda a exploração de *commodities* para alimentar o

crescimento econômico, impingindo ao continente latino-americano sua histórica condição de provedor de matérias primas para a globalização, enfatizando que, nesse processo, marxismo e liberalismo se aproximam na concepção do modelo da esquerda latino-americana na compreensão de que o importante é o desenvolvimento das forças produtivas e o crescimento da economia, diferenciando-se apenas no instrumento de alavancagem do capital: para os primeiros, esse papel cabe ao Estado; para os segundos, ao mercado.

A ausência ou pouco espaço ocupado pelo campesinato nas análises brasileiras pode ser vista como uma expressão dessa hegemonia analítica operário-industrial. Como aponta Nazareth Wanderley (2015), o campesinato brasileiro refere-se às mais diversas formas sociais, que, além de serem pautadas na relação de trabalho familiar, têm por base diferentes modos de acesso à terra por meio do posseiro, do parceiro, do foreiro, do arrendatário, do pequeno proprietário etc.

Definido como uma forma social de produção, ao campesinato corresponde a um modo de vida e a uma cultura, sendo necessário compreender as estratégias fundiárias, produtivas e familiares que favoreceram, no Brasil, a ocupação de espaços precários e provisórios ou a criação efetiva de comunidades camponesas com maior perenidade.

A autora também observa que os recentes debates teóricos e políticos a respeito das categorias "campesinato" e "agricultura familiar" confirmaram a constituição de um setor de agricultores não patronais e não latifundiários, que exercitam formas próprias de viver e trabalhar e, assim, a difusão da ideia de que a agricultura brasileira está associada unicamente a grandes propriedades monocultoras e agroexportadoras é fruto de uma "amnésia social" que nega a contribuição do campesinato para a sociedade e acrescenta outra observação importante para a análise.

Ainda segundo Nazareth Wanderley, a modernização da agricultura no século XX provocou a expulsão dos moradores/as e posseiros/as e, com a redemocratização, os movimentos sociais rurais reinscrevem no debate da sociedade a atualidade da questão fundiária e a pertinência das lutas pela terra. Confirmada pelos dados do Censo Agropecuário de 2006, os estabelecimentos agrícolas economicamente mais precários foram considerados, inicialmente, como uma "franja periférica", enquanto os programas territoriais os incorporaram na condição de "pobres do campo", enquanto

a inclusão produtiva que corresponde a este tipo de agricultor deveria considerar sua histórica resistência como camponeses.

De acordo com Ivanilson Batista Silva (2016), outra forma de se representar o espaço rural, "do campo" é a associação à dinâmicas como o voto de cabresto, sem nenhum direito trabalhista, estigmatizando aos sujeitos do campo o espaço de silenciamento e obediência à elite agrária.

Remetendo-se à diferenciação entre a comunidade que contém atrelamento ao rural como um espaço de tradição, fora do alcance da modernidade e sociedade, como espaço que acolhe pensamentos racionais, atribuído a sensação de liberdade, considerado como o espaço da razão, Paulilo (2004) demonstra com propriedade como o uso corriqueiro e frequente de critérios sociais ideais socialmente para os meios de sobrevivência se originem do viés urbano, deixam de lado a análise do trabalho feminino no campo secundarizada.

A retórica desenvolvimentista transmite, assim, em dois sentidos. Por um lado, na desvalorização do rural como algo que remete ao atraso, na desqualificação de um sistema de saberes associados ao campesinato como categoria bestiais e servis duvidando de sua capacidade de articulação política podendo permear a personificação entre o bom trabalhador e o mal quanto se apresentam rebeldes as ordens mesmo o processo histórico buscando fôlego para expor que os povos do campo não se curvaram às explorações demonstrando seu poder de articulações e resistências, como observa Paulilo (2004). Por outro lado, e como parte do mesmo esforço, também influenciam e são influenciadas pela uniformização nos usos do conceito de igualdade de gênero que desconsidera a especificidade da experiência das mulheres.

Acrescente-se, por último, a divisão do espaço nacional em regionalidades como componente importante. Na genealogia da "invenção do Nordeste" realizada pelo historiador Albuquerque Junior (2007), é possível perceber que, se no eixo Sul/Sudeste as premissas evolucionistas foram utilizadas para justificar um processo de branqueamento controlado, no eixo Norte/Nordeste foram acionadas por elites locais para demonstrar o drama da "natural" inferioridade de tudo que é relacionado ao espaço e justificar os investimentos reivindicados para a institucionalização do Nordeste como região. As pretensões "civilizatórias" para o eixo Norte/Nordeste enquadram esses espaços como lugares que atualizam a memória de um passado que se pretende apagar.

Acostadas no autor, Costa e Medeiros (2016), lembram que, em função disso, a pessoa nordestina será vista como rude, preguiçosa, pouco inteligente, dentre outros adjetivos depreciativos e essas concepções serão reiteradas no trabalho de vários intelectuais do Nordeste, reverberando especialmente na produção de uma literatura regionalista. A maneira como se retrata a relação de negros/as e indígenas com a natureza, bem como suas tradições culturais e práticas sagradas, se fez mediante a ridicularização dos sistemas epistemológicos em que se encontram inscritas, produzindo estereótipos que ressaltam o caráter “ingênuo”, “alegórico”, “pitoresco” e “primitivo” desses povos.

Nesse contexto, tomamos a valorização do discurso do feminismo camponês como um exercício político, em reconhecer um modo de vida que reflete seus saberes, explícitos desde seus hábitos de consumo, na conservação da biodiversidade através da agroecologia, na valorização do significado do seu território, produzindo identidades baseadas em critérios e prioridades internas, relacionadas às vivências do grupo. Nesse processo,

a criação de identidades coletivas é importante para que um grupo leve avante suas ações conjuntas, mas a abertura para dialogar com grupos que constroem de outra forma sua identidade permite a existência de sociedades mais democráticas (PAULILO, 2004, p. 241).

CAPÍTULO II - FEMINISMO E CAMPESINATO NA PARAÍBA

2.1 UMA PEQUENA NOTA SOBRE NOSSOS PASSOS VIREM DE LONGE

Aplicadas com radicalidade, as problematizações levantadas no capítulo colocam-nos com agremiações feministas que se encontram fora dos “anais” da memória feminista, como as organizações que se articularam na cidade de Brejo de Areia, Paraíba, já em 1823, quando um grupo de cem mulheres constatam que a esfera pública também pertencia ao interesse feminino, elaborando o primeiro manifesto político das mulheres brasileiras, para o jornalista Cipriano Barata em seu *Jornal Sentinela da Liberdade*. No periódico, elas descreviam seus interesses na ampliação das bases sociais e políticas do Estado Imperial. Como observa Maria de Lourdes Viana Lyra (2006) dirigindo o Manifesto na defesa da Independência do Brasil e da liberdade das mulheres, as reivindicações das Paraibanas se expandiram incluindo a ocupação de espaço na imprensa para socializar suas ideias, seja para falar de sentimentos, reivindicar direitos, falar de educação, acesso ao voto e combate às injustiças através de suas percepções.

Esse movimento de emancipação feminina se alastrou pelo Nordeste e pelo Brasil, de acordo com Cristina Buarque¹⁹ (2004), e resulta na construção de jornais e periódicos, dentre eles: *O Espelho das Brasileiras*, em Pernambuco (1831); *Belona*, em Porto Alegre (1833); *Jornal das Senhoras*, no Rio de Janeiro (1852); *O Bello Sexo*, no Rio de Janeiro (1862); *Vinte e cinco de Março*, em Pernambuco (1884); *Ave Libertas*, em Pernambuco (1885); *O Feminista*, em Alagoas (1902); *O Lyrio*, em Pernambuco (1902); *A voz*, na Bahia (1915), entre outros.

Considera-se que, entre essas razões, a dinâmica de resistência e organização em contraposição à escravidão e o interesse em derrubar a monarquia gerava ações de transformação. Segundo Buarque (2004), em 1884 a Sociedade *Ave Libertas* composta por mulheres pernambucanas, entre elas Leonor Porto e Maria Amélia Queirós, tinham como objetivo um fundo de compra de alforrias de escravos, tornando-as livres e contribuindo com a educação após a escravização.

¹⁹ É responsável pela elaboração do texto do Caderno intitulado "Mulher e Política: lutas e conquistas". Corresponde a série de Cadernos Feministas de Economia e Política sendo uma publicação semestral da Escola Feminista de Formação Política, inserida no contexto do projeto Mulher e Democracia. Sendo uma iniciativa da Casa da Mulher do Nordeste, junto à Fundação Joaquim Nabuco e o Centro das Mulheres do Cabo.

Dentre esses modos de pensar em ideais coletivos, lembramos de Nísia Floresta - sendo este o pseudônimo de Dionísia Gonçalves - considerada uma mulher transgressora, como escritora e professora, por se contrapor aos costumes da sociedade imperial de interpretar as mulheres enquanto seres inferiores.

De acordo com Luciana Martins Castro (2010), Nísia Floresta aplica uma nova proposta pedagógica na fundação do Colégio Augusto em 1838, no Rio de Janeiro, voltado à educação feminina, contemplando disciplinas de ensino de gramática, francês, italiano e princípios de geografia, ação que foi vista como um pioneirismo na valorização da mulher na educação, ainda que compreendendo a educação através da formação moral, intelectual e religiosa.

Destaca-se, para os fins desta investigação, sua influência na nossa região, uma vez que seu projeto de contestação à opressão feminina teve início no Rio Grande do Norte. Por aqui circularam suas publicações em jornais e seus livros, inspirados em Mary Wollstonecraft²⁰. Foi uma questionadora discreta, conforme lembra Castro (2010), dos posicionamentos defendidos pelo Império, que utilizava o sexo como critério de categorização de inferioridade mental para justificar enclausuramento no ambiente doméstico e subjugar a capacidade de decisão da mulher.

Reconhecer a imprescindível necessidade, como aponta Iranilson Batista da Silva (2016), sua importância em recuperar, com as mulheres, suas histórias, onde possam manifestar suas vivências, atravessando a linha do tempo que se construiu sob o imperativo do silenciamento, escravidão, servidão e dominação.

Isto posto, não é de estranhar que, nas décadas de 1970 e 1980, já ecoavam as diferentes pautas nas lutas das mulheres. Mas, a partir da análise dos feminismos iniciados no Nordeste, obtemos um outro olhar, formado pelo encontro com a experiência de mulheres e suas maneiras próprias e peculiares de se organizar.

Não estamos habituados a reconhecer marcos de transformação nas relações sociais através de territórios como Paraíba, Pernambuco, Bahia e Maranhão. Por isso, Dayane Sobreira (2019) aponta como necessário compreender as organizações camponesas, inclusive o quanto o feminismo possibilitou os debates de gênero em oficinas, reuniões, passeatas, sindicatos e movimentos.

²⁰ Sua primeira obra, intitulada "Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens", denunciava a inferioridade atribuída às mulheres. Em 1853 publicou a obra "Opúsculo Humanitário", que resgata a condição feminina na Antiguidade Clássica inspirada na cultura francesa.

Para o empreendimento genealógico pretendido, faz-se necessário apontar que, no período que compreende os anos de 1970 e 1980, o cenário agrário paraibano detinha uma extensa produção da monocultura canavieira, reproduzindo um modelo de trabalho interligado, aos moldes da colonização.

Entre os elementos que demarcam essa semelhança com o período escravocrata, estava o fato de que aos trabalhadores/as era proibido a produção de culturas permanentes nos arredores de suas casas. Para Ivan Targino, Emilia Moreira e Marilda Menezes (2011), isso repercutiu na intensificação da dependência econômica, com a proibição de consumo dos produtos produzidos nos engenhos. Inclusive, quando se teve a chance de exercer seu voto político, os patrões utilizam da manipulação na decisão política. Portanto, esse modo de sujeição imposto nas vivências do campo colabora com a exploração de trabalho infantil, relações de punições e violências.

Para conhecer, é necessário resgatar o percurso do movimento das Ligas Camponesas, que se iniciaram em Pernambuco, no Engenho da Galileia, em 1954. Como apontado por Targino, Moreira e Menezes, as Ligas envolveram luta e muito derramamento de sangue e suor em todo o território agrário nordestino, com forte protagonismo na Paraíba.

Como demonstram, em nosso estado, a primeira Liga Camponesa teve sua sustentação no município de Sapé, situado na Zona da Mata do estado da Paraíba, sob direção de João Pedro Teixeira. Diante da articulação com o Partido Comunista, proporcionou a fortificação política do movimento na expressão de vivências coletivas do campo. As Ligas Camponesas se expandiram, ganhando organização inicialmente com Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro), Alfredo Nascimento e João Alfredo Dias (Nego Fuba), que se articulavam junto aos/às camponeses/as para evidenciar as condições de exploração por parte dos patrões.

O convencimento sobre a importância das Ligas Camponesas na auto-organização era composto de diversas estratégias, como comícios-relâmpagos em meio à feiras livres, visitas nas propriedades, e com isso, estas se expandem rapidamente nos municípios da Paraíba.

Como estratégias de sustentação do movimento, se construíram comícios e passeatas no objetivo de esclarecer os enfrentamentos ao cambão²¹ e do foro²² e as mudanças que seriam solicitadas ao Estado, como a reforma agrária, acesso à saúde e educação, luta pelos direitos trabalhistas e sindicalização, o direito de exercer seu voto. A luta pela reforma agrária corresponde ao ideário das ligas e esse tipo de contestação não foi aceito pacificamente (TARGINO; MOREIRA; MENEZES, 2011), reverberando na expulsão de moradores/as e repressão à lideranças, que incluíam desde a tentativa de cooptação até episódios de agressões, prisões e assassinatos. As ações eram sustentadas pela oligarquia açucareira em conjunto com apoio da polícia local, visto como estratégia de enfraquecimento para as Ligas Camponesas.

As Ligas geraram efervescência na política brasileira. No governo João Goulart iniciou-se a discussão da reforma agrária, dando os primeiros passos com a criação da Superintendência da Política Agrária (SUPRA). Mas esse processo foi impedido pelo cenário da Ditadura Militar, em 1964.

Embora a Ditadura Militar já tivesse sido instaurada no Brasil, para Ferreira (2017), esta contou o apoio norte-americano na implantação de serviço de inteligência das forças armadas, com objetivo de manutenção do regime autoritário militar e cooptação das lideranças rurais, através de organizações como o Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL), na promoção de cursos, visando padronizar as ações sindicais e realizar o mapeamento de sindicatos que contrariavam a ideologia do regime militar e da ordem cristã.

A adesão ao regime ditatorial na Igreja Católica não foi consenso. Como aponta Tedeschi (2016), em oposição surge a nova linha pastoral liderada por D. Hélder Câmara, a Teologia da Libertação, presente principalmente no meio rural, através de teólogos e sob reflexão da força da mobilização popular, compromisso com a justiça, solidariedade e apoio à distribuição de terras aos/às trabalhadores/as do campo.

As Comunidades Eclesiais de Base – CEBs - eram tidas como lideranças no meio rural, possuindo habilidades de organizar a população e direcionar as questões de desigualdades sociais e econômicas como reflexões pelo caminho da fé, moral e valores cristãos. As mulheres estavam inseridas nestes espaços de formação no campo, possibilitando o despertar político.

²¹ Cambão significa um modelo de escravidão que trabalhadoras/es são obrigadas a prestar serviços gratuitos por alguns dias as proprietárias/os da propriedade ocupada.

²² Foro significa o pagamento de uma renda para que se possa cultivar em terras já ocupadas

Com as políticas desenvolvimentistas implementadas pela ditadura militar, como exemplificam Targino, Moreira e Menezes (2011), a busca pelo impulso econômico se intensificou, trazendo o Programa *Proálcool*, lançado em 1975, para o setor industrial do campo, favorecendo monocultores e usineiros de cana-de-açúcar e estimulando a exploração dos camponeses.

Conforme Janaina Vicente da Silva (2016), com a implantação do Proálcool, houve a diminuição da produção de alimentos, com o intuito de evoluir a produção do álcool, gerando inevitavelmente fome e desnutrição em um no território propício ao cultivo de culturas alimentares.

Como observa Ferreira (2017), o programa foi criado como alternativa para crise do Petróleo, diante da rejeição do mercado internacional, impulso dos incentivos fiscais e crédito agrícola aos latifundiários. Nesse cenário, cria-se o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL, uma política compensatória da previdência social que favoreceu o vínculo temporário aos trabalhadores rurais. Segundo Paulilo (2004), uma política onde ocorreu uma maior adesão de homens do que mulheres no cadastramento para concessões de benefícios.

As Ligas Camponesas prosseguiram ganhando outros aliados de resistência na luta do campo, contestando e cobrando melhores condições para o campesinato. Entre essas frentes destaca-se o prosseguimento com as pautas rurais com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) (fundado em 1984).

É preciso perceber que, na formação dos sindicatos, estes apresentavam diversas vertentes, como afirma Ferreira (2017, p. 79), desde sindicalismo classista (anarco-sindicalista, comunista e trotskista)²³, sindicalismo corporativista getulista do período de 30, o sindicalismo assistencialista conhecido como “pelego” e o novo sindicalismo: “intelectuais, feministas e religiosos”.

Como aconteceu por ocasião de lutas que transcorreram no cenário urbano industrial no início do século XX, segundo Maria da Conceição Bezerra (2018), em muitos casos a articulação de mulheres trabalhadoras camponesas também incorpora a participação no processo administrativo dos sindicatos, tomando a sindicalização como objeto de reivindicação, em conjunto com os direitos previdenciários e acesso a documentação.

²³ É importante destacar que a organização sindical não era posição consensual entre os anarquistas.

Conseqüentemente, de acordo com Tedeschi (2016, p. 127) “a participação da mulher do campo na estrutura sindical, seja como líder ou como sócia do sindicato, não modificou as relações entre homens e mulheres no sindicalismo rural”, pois as ocupações reservadas às mulheres eram em cargos como secretárias e suplentes, quando não ao mero cumprimento de tarefas rotineiras. No entanto, o autor ressalta que a presença de Margarida Maria Alves representou uma ressignificação nesse percurso sindical, reavivando a memória coletiva das lutas no meio rural, com impacto regional e nacional.

A presença das mulheres nesses espaços de reivindicações se intensificou, tendo como representação a liderança de Margarida Maria Alves, mulher camponesa, nascida no Sítio Jacu em 5 de agosto de 1933, zona rural de Alagoa Grande, Paraíba, tendo ocupado o cargo de presidenta do Sindicato Rural daquele município até o seu assassinato, em 1983. Margarida inspirou a organização de outros sindicatos na região de lavoura canavieira, fortalecendo a luta das mulheres camponesas.

Como descrito por Ferreira (2017), Margarida seguiu denunciando violências, articulando atos políticos, reivindicando campanhas salariais, o direito à terra, à educação popular e o combate ao analfabetismo como forma de transformação, inclusive na formação e capacitação dos quadros sindicais. Ela foi mais uma das vítimas de brutal assassinato no território paraibano, juntamente com João Pedro Teixeira²⁴. Assassinada no dia 12 de agosto de 1983, sob encomenda de usineiros e latifundiários, teve sua morte anunciada através de cartas e telefonemas anônimos na tentativa de amedrontar a sua luta. Sua morte e seu legado são a razão pela qual o dia 12 de agosto foi reconhecido como Dia Nacional contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária²⁵.

Outro nome que se coloca importante no cenário nacional, como descrito por Ferreira (2017), é a sindicalista Maria da Penha Nascimento Silva. Também nascida no município de Alagoa Grande, no ano de 1949, foi líder sindical, feminista e escritora, sendo também uma das fundadoras do Movimento de Mulheres do Brejo (MMB), que continuou com as bandeiras defendidas por Margarida. Maria da Penha veio a falecer num acidente automobilístico ocorrido no dia 15 de março de 1991, deixando como

²⁴ Líder das Ligas Camponesas na Paraíba, assassinado em emboscada patrocinado por usineiros e latifundiários que estavam contrariados com a força de articulação de João Pedro e os povos do campo (FERREIRA, 2017).

²⁵ Hoje a sua casa tornou-se museu da cidade de Alagoa Grande. Nos deixa o legado de sua coragem e a frase que lhe acompanhava: “É melhor morrer na luta do que morrer de fome.” (FERREIRA, 2017).

legado o bordão que anunciava nas suas falas rotineiras: “só quem luta é que sabe a dor que a gente sente”.

Como descrito por Vicente da Silva (2016), após a morte de Margarida, Maria da Penha não desistiu do enfrentamento político, mesmo sabendo das ameaças que ainda percorriam aquele espaço. Produziu as obras "As ações de resistência ao latifúndio", em especial após a morte de Margarida. Lançou dois livros: 'Violência Rural e Reforma Agrária', e 'Porque Trabalhar com Mulheres'. Demonstrou o seu comprometimento em proporcionar o avanço do acesso às mulheres ao espaço público.

Afirma Vicente da Silva (2016) que Maria da Penha e Beth Lobo estavam produzindo uma nova obra com Elizabeth Teixeira, que teria o título “Uma mulher marcada para viver”. A obra foi interrompida com o acidente que acometeu suas vidas e conseqüentemente seus projetos. A ocorrência, no dia 15 de março de 1991, marca na BR 230 o acidente de carro que ceifou a vida de Maria da Penha. Sindicalista de Alagoa Grande/PB, militante feminista e escritora, estava sendo ameaçada de morte. Neste acidente também veio a falecer Elisabeth Souza Lobo, escritora feminista, militante do Partido dos Trabalhadores e assessora da Central Única dos Trabalhadores, entre outras formações no exterior. Também foram vítimas as militantes Lourdes Bandeira e Socorro Rangel, que felizmente sobreviveram.

O Brejo paraibano está situado na região do agreste, entre as regiões do litoral e do sertão, mais precisamente no agreste alto, sendo uma faixa de transição que percorre a Mata Atlântica a Caatinga com o clima predominante do semiárido. Diferenciando-se como recorte de terras úmidas no interior do próprio Agreste, este local se representa como produtivo na formação de lideranças sindicais rurais e forte protagonismo das mulheres. Nesse território, em 1986, se construiu o Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano (MMB), como informam Emmy Lyra Duarte e Maria Franco Garcia (2014), sendo a sua principal fundadora Maria da Penha, que possuía importante articulação política, utilizando estratégias como a realização de palestras e articulação com os sindicatos, sob a reivindicação de melhores condições às trabalhadoras, exigência de direitos iguais, assim compreendendo o poder de articulação política das mulheres.

Como aponta Costa (2014), o clima político decorrente do assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves impulsionou bastante a discussão sobre a mulher trabalhadora no estado, com reverberações regionais e nacionais, especialmente no

meio sindical e de organização das mulheres do campo. A reverberação da luta se espalhou para outros campos, influenciando, por exemplo, na criação da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora (CNMT), um marco sindical. O adensamento dos debates sobre a relação mulheres e trabalho na passagem da década de 1980 a 1990 se refletiu na criação da Comissão da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores - CUT, durante os trabalhos do segundo Congresso Nacional de Central Única dos Trabalhadores (CONCUT), realizado no ano de 1986. No quarto CONCUT, realizado em 1991, a denominação foi alterada para Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora (LIMA et al., 2006). Tal processo foi seguido da criação de departamentos de políticas para as mulheres em várias CUTs estaduais, como informa Eleonora Menecucci Oliveira (2006). A CUT da Paraíba foi a primeira a criar a Secretaria Estadual da Mulher Trabalhadora, já no seu primeiro congresso estadual, em outubro de 1985.

Como descrito por Duarte e Garcia (2014), o Movimento de Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB) constituiu uma organização coletiva e autônoma que se organizou inicialmente entre os municípios do Brejo, abrangendo um público de mulheres urbanas e rurais, articuladas com a Associação de Empregadas Doméstica, através de reuniões de base, rodas de diálogo, cursos de capacitação e oficinas, dialogando sobre temas como feminismo, sexualidade, socialismo, sindicalização e questões trabalhistas. Em 1994, o MMB se uniu ao Movimento de Trabalhadoras da Paraíba após a morte de Maria da Penha.

Os movimentos do campo, entre suas pautas, incluem a superação das desigualdades de gênero com prioridades diferentes (classe, gênero etc.). Entretanto, como caracteriza Paulilo (2004), os movimentos autônomos se diferem, pois não recebem incentivo financeiro de nenhuma instituição, além de priorizar as vivências cotidianas das mulheres. Por isso, os movimentos autônomos priorizam a fala das mulheres, tendo uma organização menos hierárquica com foco nas especificidades locais. Outra vertente é o Movimento sindical e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que priorizam o debate de classe, em sua maioria liderados por homens. Apesar de seu caráter coletivo, as questões de gênero ainda são tratadas de modo setorializado.

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é o primeiro movimento autônomo do Brasil, como descrito por Carmem Lorenzoni, Iradiani Seibert e Zenaide Collet (2020), representando a valorização da identidade camponesa, popular e

feminista. Esse movimento iniciou em 2004 em Brasília, acolhendo diversos movimentos de âmbito regional que defendem a implantação de experiências de resistência popular de agricultura camponesa, que reconhecem a contribuição ancestral na defesa da reforma agrária e garantia de direitos sociais, tendo em vista que as mulheres do campo já buscavam um debate horizontalizado na articulação entre feminismo e o modelo de agricultura agroecológica, valorizando ações coletivas, defendendo um projeto de emancipação e transformação global dos modos de produção e relações na sociedade (PAULILO, 2004). Ainda de acordo com Paulilo (2004), isso possibilita modos horizontais de lidar com pautas e definição de prioridades, como a distribuição justa da terra, igualdade, liberdade, socialização do trabalho doméstico, contra quaisquer tipos de violência, acesso à renda, acolhendo questionamentos das desigualdades, inclusive no meio familiar rural.

Um evento em comum que contribuiu para a aglutinação de todas essas manifestações, apesar das suas diferenças, foi a articulação da primeira Marcha das Margaridas, nos dias 13 e 14 de agosto de 2000 em Brasília (DF). De acordo com Marco Antônio Teixeira (2021), é organizado pelas mulheres articuladas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) - alta instância de representação do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) - em conjunto com movimentos sociais²⁶, feministas, outras centrais sindicais e organizações internacionais com ações coletivas. O evento ocorre a cada quatro anos, acolhendo mulheres feministas ou não, articulado entre as mulheres “do campo”, “da floresta” e “das águas” no propósito de pressionar o judiciário sobre a impunidade relacionado ao assassinato de Margarida Alves, incorporando pautas como o combate à pobreza, denunciando opressões e violências contra as mulheres. Inclusive acontecerá a 7º edição da Marcha das Margaridas em agosto de 2023, em Brasília.

²⁶ De acordo com Teixeira (2021, p. 6) as parcerias que compuseram a comissão de organização ampliada da Marcha das Margaridas foram: Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Central das Trabalhadoras e dos Trabalhadores do Brasil (CTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Coordenação das Organizações de Agricultores Familiares do Mercosul (Coprofam), Grupo de Trabalho (GT) Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (Mama), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), União Brasileira de Mulheres (UBM) e União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes).

Esse movimento atualiza seus eixos de reivindicação a cada edição e, conforme Bezerra (2018), afirma que as pautas são desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade; biodiversidade e democratização dos recursos ambientais; terra e água; soberania e segurança alimentar e nutricional; autonomia econômica, trabalho e renda; educação não sexista, sexualidade e violência; saúde e direitos reprodutivos; agroecologia, reforma agrária, entre outros temas transversais, tendo esta diversidade se constituído num fator mobilizador da articulação de marchas locais, por estados e/ou microrregiões.

Embora influenciada por uma demanda delineada nacionalmente a partir articulação de vários atores, como parte de uma estratégia que integra as maneiras de organização das mulheres camponesas, a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia também se delinea como fenômeno próprio da Paraíba, que emerge uma década depois, se fortalecendo a cada edição, combatendo o silenciamento de mulheres e incorporando o saber acumulado na experiência. Esse fenômeno atravessa territórios, sejam eles quintais, sindicatos, sítios, partidos e fazendas, no enfrentamento aos espaços de exploração e dominação, recompondo ao mesmo tempo uma identidade política camponesa, a partir de seu território agroecológico, que correspondem às suas raízes, potencializando seus saberes, em conjunto com as reivindicações de acesso à terra, a recursos hídricos, a conservação de sementes e a valorização do seu modo de vida, o que me esforçarei para demonstrar no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III - EM CENA, A MARCHA PELA VIDA DAS MULHERES E PELA AGROECOLOGIA

3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS, ARTICULAÇÕES E PARCERIAS

Para trocar esse conhecimento a gente tanto leva como traz (ANA, 2022).

A Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia é considerada uma ação coletiva geradora de aprendizagens de caráter político-social, mantendo por objetivo a acolhida dos aspectos das mulheres camponesas do território Paraibano, redirecionando com as mobilizações organizadas em grandes capitais e voltando o seu olhar para cidades com índices populacionais menores, que também se destacam pela densidade da mobilização de experiências agroecológicas. Como uma densa rede, seus acontecimentos articulam o papel educativo expresso entre seminários nacionais, regionais, estaduais e municipais, através de agenda política de mulheres referenciada pelo “8 de março”, interligando vários coletivos autônomos em eventos que antecedem a data da marcha. Como característica primordial das experiências destacam-se as vivências no território e a preocupação em reafirmar as mulheres como produtoras de conhecimento.

As articulações identificadas demonstram que a pluralidade faz parte dos objetivos centrais de lutas que norteiam essas organizações políticas na construção das mudanças almejadas. De modo presencial, os debates aí estabelecidos interligam ações coletivas em uma agenda nacional de mobilizações que solidificam alianças com bases populares. No contexto pandêmico buscou-se assegurar a continuidade da dinâmica de com encontros remotos cuja importância estratégica é ressaltada pelas interlocutoras.

De acordo com Gohn (2011, p. 336), é importante compreender o que demarca/caracteriza os movimentos sociais: “possuem identidade, têm opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade”. Assim, viabilizando formas distintas de mobilizações, que resultam em forças sociais organizadas por ações coletivas, capazes de realizar diagnósticos sobre a realidade social para propor ações conjuntas, seja por meio dos discursos ou de práticas.

Nessa articulação, destaca-se o protagonismo exercido pela Assessoria e Serviços e Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), associação civil sem fins

lucrativos²⁷ que chega na Paraíba em 1993, oferecendo práticas de desenvolvimento sustentável ao território rural, e se articulando inicialmente com os sindicatos de Remígio e Solânea e, logo após, com Lagoa Seca. Em seu plano de atuação destacam-se pautas como o fortalecimento regional, a promoção de produções agroecológicas, fortalecimento da organização comunitária e ampliação da produção e renda, potencializando a convivência com o semiárido.

Assim, a organização da AS-PTA forma parceria para atuar, desde 2001, no território do Polo da Borborema, localizado no Agreste da Paraíba, agregando interesses em comum, como a busca de uma renovação sindical, com a proposta de incluir as reivindicações das/os camponesas/es. Articula-se em defesa da agricultura familiar com a inclusão de camponesas/es, lideranças comunitárias, movimentos populares, cooperativas e Ong's, engendrando mobilizações e articulações comuns em torno da agroecologia. Aí se definem também as estratégias de ocupação de espaços em conselhos municipais, contestando a formação de políticas públicas nas dimensões técnica, econômica, social e política que não atendam às particularidades locais e exigindo sua reconfiguração.

Com a chegada da AS-PTA na Paraíba, se estabelecia a proposta de apoiar a modificação dos sistemas produtivos e fornecer acesso a informações sobre a produção e promoção da agroecologia para agricultoras/es na região do Agreste Paraibano. Para além disso, trouxeram também experiências metodológicas com enfoque participativo, que proporcionaram momentos de experimentações e intercâmbios, gerando uma melhor convivência com o semiárido, o fortalecimento de vínculos comunitários e o reconhecimento do sistema de ciclos produtivos.

Para tanto, um evento fundamental foi a realização do I Seminário da Agricultura Familiar do Compartimento da Borborema, executado em 2001, no município de Lagoa Seca. Assessorado pela AS-PTA e Polo da Borborema, o evento definiu eixos de atuação na aplicação de mudanças nos debates ocorridos no território da Paraíba, passando a compreender inovações tecnológicas e agroecológicas para o semiárido e a implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável de políticas públicas, com objetivo de articular e motivar as lideranças comunitárias. Para tanto, utiliza-se de estratégias coletivas como ações mobilizadoras, feiras, debates e manifestações.

²⁷ Criada em 1983 como rede que atua promovendo promoção da assessoria técnica em práticas agroecológicas para o Brasil, atuando inicialmente entre Rio de Janeiro e Paraná.

As ações da AS-PTA usam como instrumento de pesquisa o Diagnóstico Rápido e Participativo de Agroecossistemas (DRPA). Miguel Verdejo (2007) observa tratar-se de metodologia multidisciplinar que permite conhecer a realidade cultural de cada território, se organizando a partir da aplicação de técnicas de análise dos problemas locais e identificação das possíveis soluções coletivas, partindo do conhecimento envolvido nas experiências das/os integrantes das comunidades. Aplicado inicialmente em Solânea, Remígio e Lagoa Seca, transformou o conhecimento acumulado no cotidiano local em subsídio pedagógico norteador das ações sindicais locais.

Como descrito no plano trienal da ASPTA (2008-2010)²⁸, nesse processo incentiva-se a formação, por meio das estratégias técnicas de condução, dos sistemas e as estratégias político-metodológicas, acionadas pelas viagens de intercâmbios para conhecer as experiências de outros territórios; a realização de oficinas com a participação de novas lideranças comunitárias, especialmente de mulheres e jovens, acionando o reconhecimento dos micropoderes no espaço rural; os encontros regionais, com intuito de discutir e aprofundar temas específicos, relacionados ao processo de inovação em cada região; os encontros estaduais para intercambiar as experiências desenvolvidas em suas localidades e instituições.

Sendo o Polo da Borborema composto por sindicatos rurais e associações comunitárias que trabalham na construção de práticas agroecológicas, para a nossa interlocutora *Josefa*,

a Marcha é um dos setores políticos do Polo da Borborema, o Polo é o movimento sindical e dentro deste movimento sindical ele também fortalece atores coletivos para construção desse território agroecológico, um deles são as mulheres e as expressões delas que se organizam na Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. Outro ator importante é a juventude que se organiza também em marcha (JOSEFA, 2022).

Para Valério Veríssimo de Souza Bastos (2010), as estratégias para essa primeira proposição de mudanças na produção na agricultura convencional para agroecológica no território da Paraíba, visaram, primeiro, o acesso à experimentação nos seus territórios, seguidas da estruturação de grupos e coletivos comunitários para

²⁸ Para mais informações, ver ASPTA (2007).

fortalecer estratégias de fundo rotativo²⁹, banco de sementes crioulas, práticas de estocagem de ração animal, produção de mudas de plantas forrageiras, cerca de telas, dentre outras, fortalecendo o Polo da Borborema através da sua execução.

Com o avanço da rede de municípios que se inseriram no Polo da Borborema - entre eles Solânea, Arara, Casserengue, Algodão de Jandaíra, Esperança, Areial, Montadas, São Sebastião De Lagoa De Roça, Lagoa Seca, Queimadas, Alagoa Nova, Matinhas e Campina Grande – se optou pela subdivisão em comissões temáticas, viabilizando atualizações permanentes para toda região, para melhor compreender a execução e acompanhamento das experimentações que camponesas/es executam no seu local, promovendo a geração de intercâmbios de acordo com a temática.

A esse respeito, a interlocutora *Francisca* destaca que o Polo se organiza por comissões temáticas a partir da base agroecológica, sendo a forma de camponesas/es posicionarem suas necessidades locais, subdividindo-se entre os bancos de sementes, de recursos hídricos, criação animal, cultivos ecológicos, comissão de mercado, comissão de saúde e alimentação e comissão juventude.

Diante da contribuição de Bastos (2010), conseguimos visualizar os principais aspectos abordados em cada comissão temática: a) na comissão semente se impulsiona a criação para o Bancos de Sementes Comunitários (BSC), com intuito de recuperar sementes nativas; b) na comissão de recursos hídricos, trata-se desde a inovação até a capacitação para a gestão da água, entre cisternas, barragem subterrânea, mandala, barreiros, tanques de pedra para captação de água; c) na comissão de saúde e alimentação, valoriza-se os arredores das habitações como ambientes de conhecimento, desde as plantas medicinais, os modos de criações de animais de pequeno porte, produção de horticultura, produção de chás e lambedores e outros itens da farmacologia de base agroecológica, cultivo de frutas, dentre outros; d) na comissão dos cultivos ecológicos, presta-se orientações sobre a retirada de agrotóxicos e adubos químicos, revertendo para produção de biofertilizantes, distribuição de mudas e incentivo às feiras agroecológicas nos municípios; e) na comissão de criação animal, trabalha-se o manejo sustentável de animais de médio e grande porte, incentivando a produção forrageira de plantas nativas para alimentação animal; f) a comissão de acesso ao mercado remete à valorização das feiras livres e

²⁹ Refere-se a uma poupança comunitária, onde mensalmente se há uma contribuição das/os integrantes do grupo e mensalmente se contempla um das/os camponesas/es, fortalecendo o investimento no seu território.

agroecológicas, proporcionando autonomia do território; g) na comissão juventude, tem-se espaço ativo para apresentar suas reivindicações frente ao território rural.

Destaca-se como um marco histórico para a Marcha, o nascimento da comissão de saúde e alimentação, em 2002, sendo um fator propulsor para assegurar o reconhecimento dos conhecimentos das mulheres camponesas como saberes. A partir daí utilizou-se a estratégia de perceber os arredores de casa como local de conhecimento, reconhecendo as vivências, experimentações, o conhecimento de plantas medicinais, gestão de água, cuidados com filhos e família, segurança alimentar e manutenção da pequena criação, com estas passando a ser interpretadas como ações que promovem o desenvolvimento econômico, identificando-se também o protagonismo e capacidade coletiva das camponesas no território rural.

Para *Josefa*, “a mudança de perspectiva foi muito importante porque parte exatamente do lugar em que essas mulheres se sentem confortáveis para poder fazer luta” (JOSEFA, 2022), corroborando o redirecionamento do olhar para outros espaços e temporalidades em que existem sujeitos exercitando novas formas de se experimentar a democracia. Na percepção de *Francisca*,

a comissão de saúde e alimentação liderada por mulheres significa uma quebra no modelo estruturante assistencialista que os sindicatos mantinham, uma vez que, assim, a gente começa a perceber que muitas vezes as mulheres estavam no sindicato para serem mandadas, para limpar o sindicato, para fazer café, ou seja, aquela história que a gente tem a letra bonita e tinha que fazer a ata, começa a fazer nesse processo que é preciso criar a comissão de mulheres (comissão de saúde e alimentação) (FRANCISCA, 2022).

Por essa noção de integralidade que se propõe uma ciência crítica e feminista, que permeiam entre diversos posicionamentos epistemológicos, como mencionado por Sardenberg (2007). Pensar a ciência na contramão dos vieses iluministas, reconhecendo pontos de observações que partem de diferentes contextos, assim gerando diversas propostas de ações e análises críticas, pois como lembra *Francisca*, “não basta as mulheres serem inseridas nas instituições, mas interpretar de modo crítico como as atividades socialmente são atribuídas” (FRANCISCA, 2022), pensadas diante de sua localidade em prol da coletividade.

Com a aproximação do território se possibilita a quebra do silêncio imposto por um modelo colonial que menosprezava os saberes da zona rural, se elencando como estratégia a construção de eventos temáticos, como o Seminário Estadual de Ação

Sindical, Agricultura Familiar e Agroecologia, envolvendo a participação de camponesas/es, assentamentos, sindicatos, associações.

Direcionar o olhar para o saber acumulado ao redor de casa, como nos detalha *Josefa*:

foi importante porque cada mulher desenhou o seu arredor de casa, o que tinha nos seus arredores de casa, o que elas faziam, suas habilidades, capacidades de fazer agricultura além do trabalho doméstico. [...] E esse evento foi um marco na vida da gente e foi aí que pensamos que precisamos discutir com as mulheres trazer a questão de gênero atrelada a violência, a partir de uma realidade e a partir da agricultura (JOSEFA, 2022).

Francisca enfatiza que, a partir de 2009, começa-se a organizar o 8 de março em conjunto com a comissão de saúde e alimentação, visando sistematizar e apresentar as experiências das mulheres camponesas que compartilham seus saberes em reuniões, encontros municipais e associações.

Outro aspecto importante para ser destacado refere-se à replicação das metodologias e experiências com outros grupos e segmentos, permitindo a sua multiplicação, como ocorreu, por exemplo, com a constituição da Marcha da Juventude Camponesa. Com sua primeira edição em 2016, no município de Remígio, essa marcha vem, desde então, promovendo encontros, mobilizações e articulação das/os jovens no território da Paraíba, com pautas que atravessam suas vivências geracionais. Em 2019, sua segunda edição ocorreu no município de Lagoa Seca, com reivindicações perpassadas por temas como enfrentamento ao racismo, intolerância religiosa e afirmação da identidade racial. Sua estrutura também comporta a feira das/os jovens produtoras/es, com espaço reservado para estruturação de barracas onde se comercializam hortaliças e frutas agroecológica, artesanato etc., reunindo jovens do campo, dos sítios, comunidades e assentamentos para compor um dos espaços que mais fortalecem a identidade camponesa, fortalecem diálogos e reivindicações produzidas por jovens camponesas/es.

Para auxiliar no planejamento da produção das culturas produzidas foi criada ainda a Ecoborborema, uma associação regional integrante do Polo da Borborema para acompanhar os/as feirantes agroecológicos da Paraíba no incentivo da comercialização para os mais diversos tipos de mercados. A Ecoborborema também tem atuado na promoção de festivais com música, poesia, degustação de pratos

típicos e divulgação dos produtos livres de transgênicos, produzidos e comercializados no território.

Dentre as iniciativas apresentadas pela Ecoborborema, destaca-se como exemplo a sede do Banco Mãe de Sementes, localizada no município em Lagoa Seca - PB³⁰, com a função de adquirir a produção de milho agroecológico das famílias do território paraibano e transformá-la em fubá, xerém, munguzá e farelo da paixão, que são comercializados, auxiliando no fortalecimento de feiras locais, tornando-as mais justas e saudáveis. A articulação propiciou a criação de uma linha de produtos com a marca “Do Roçado”, criada para identificar, padronizar e melhorar as embalagens e acondicionamento dos alimentos produzidos e beneficiados a partir da agricultura familiar da Borborema.

Na articulação das parcerias celebradas, temos ainda a ASA Paraíba, que integra a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA Brasil)³¹, uma rede maior que alcança sindicatos rurais, associações de camponesas/es, cooperativas, ONGs, e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) desde o ano 2000, iniciando em Pernambuco. Atuando na zona rural entre as regiões semiáridas de Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão, mobiliza reflexões sociais, visando o fortalecimento das organizações comunitárias, desenvolvendo campanhas de sensibilização e formação pedagógica sobre a importância ambiental. Além disso, promove e viabiliza ações ecológicas e economicamente sustentáveis voltadas ao fortalecimento da convivência com o semiárido, juntamente com reivindicações de políticas públicas que promovam valores e práticas da agroecologia, da economia popular e solidária, segurança alimentar e nutricional e outros aspectos na vida do campo. Todas as ações propostas têm como base e referência os diferentes territórios do semiárido.

Criado com o objetivo de fortalecer a agroecologia, o GT de mulheres da Asa desenvolve formações mobilizadoras, auxiliando com capacitação sobre o uso de tecnologias sociais que favoreçam a experimentação das/os agricultoras/es e possibilitem o intercâmbio de saberes no semiárido paraibano. Com ações de combate à desertificação, saneamento de quintais agroecológicos, conservação de água e solo, o GT propicia também a criação de espaços para discutir os desafios compartilhados pelas mulheres do semiárido em suas vivências, sejam elas camponesas, das

³⁰ Para mais informações, ver ASPTA (2017).

³¹ Mais informações, ver ASA (2023).

idades, quilombolas, indígenas, estudantes, quebradeiras de coco, pescadoras, professoras, dentre outras.

Na mesma direção caminha o Grupo de Trabalho de Mulheres na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), do qual faz parte o GT de Mulheres da ASA. Nascido em 2004, este GT reúne nacionalmente experiências de grupos de agricultoras/es, ONGs, sindicatos, associações e cooperativas na construção da agroecologia e no enfrentamento das desigualdades de gênero. Entre as principais ações citadas por Elisabeth Cardoso e Vanessa S. Rodrigues (2009), destacam-se: a formação política feminista, o programa nacional de alimentação escolar; o programa de aquisição de alimentos; o programa agroecologia nos municípios, que inclui debates sobre sementes e transgênicos, sociobiodiversidade, construção do conhecimento agroecológico, educação no campo, etc.; o financiamento da pequena produção agroecológica, através dos fundos rotativos; o debate sobre a reforma agrária; o reconhecimento dos territórios dos povos tradicionais; o programa de abastecimento e construção social de mercados agroecológicos; a problematização da exclusão de produtos artesanais pelas normas sanitárias vigentes; a realização de campanhas sobre o impacto dos agrotóxicos à saúde, concomitante à valorização das plantas medicinais e saberes tradicionais; o desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana de base agroecológica; além da atuação em conflitos e injustiças ambientais e comunicações comerciais.

Há ainda a articulação com a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), constituída também no ano de 2004, com o objetivo de fortalecer o conhecimento agroecológico enquanto movimento político e prática social desenvolvida no âmbito acadêmico e científico, apoiando e organizando eventos e fortalecendo a divulgação de publicações técnico-científicas integradas com o saber popular. Se encontra subdividida nos seguintes grupos de trabalho: Agrotóxicos e Transgênicos; Campesinato e Soberania Alimentar; Construção do Conhecimento Agroecológico; Cultura e Comunicação; Educação em Agroecologia; Manejo de Agroecossistemas; Mulheres; Povos e comunidades tradicionais, etnicidade e ancestralidade; Juventudes e Saúde.

A ABA desenvolve suas ações articuladas às seguintes organizações: ANA; Fórum de Agroecologia da Embrapa; Comitê de Agroecologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (Condraf); Comissão Nacional de Sistemas Orgânicos de Produção; Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio); Comissão

Nacional da Política de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), responsável pela elaboração do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO); além de ser parceria da Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecologia (SOCLA).

Inserida nessa complexa teia se encontra a Marcha das Margaridas, como perspectiva feminista com abrangência no meio rural brasileiro com agenda fixa no âmbito do movimento. A Marcha, coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), pelas Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e pelos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), articula-se, desde sua primeira edição, pela reivindicação de justiça pelo assassinato de Maria Margarida Alves, bem como para exercer pressão nas políticas públicas direcionadas ao campo, mobilizando as mulheres camponesas a partir dos seguintes eixos: Biodiversidade e Recursos Naturais; Terra, Água e Agroecologia; Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional; Autonomia econômica, Trabalho e Renda; Educação não sexista, sexualidade e violência; Saúde e Direitos reprodutivos; Democracia, Poder e Participação Política.

A representação da CONTAG nos estados, por sua vez, fica por conta das Federações de Trabalhadoras/es Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (FETAGs). A FETAG-PB possui sede em João Pessoa e Campina Grande e atua como apoio sistemático das ações da Marcha Pela Vida das Mulheres e Pela Agroecologia, direcionadas em fortalecer as denúncias que acometem o território rural e possibilitar capacitações para melhor convivência com o seu local. No âmbito sindical há ainda a parceria com a Central Única dos Trabalhadores da Paraíba (CUT-PB), que marca presença nas realizações de cada edição da marcha.

Outro importante parceiro das ações é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)³², além das ONGs Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAC), que atua no fortalecimento das dinâmicas territoriais com alternativas diversificadas da agricultura familiar e agroecológica, assim como o Centro de Ação Cultural (CENTRAC), fundado em 1987 e com sede no município de Campina Grande, que atua desenvolvendo atividades político-educativas nos âmbitos

³² O MST se organiza em 24 estados brasileiros na busca por implementação da reforma agrária e se posiciona pelo combate à concentração fundiária mediante desapropriação de terras improdutivas e através da ocupação em assentamentos como uma expressão camponesa.

da mobilização, estruturação e fortalecimento dos sindicatos rurais e urbanos, associações comunitárias e movimentos sociais.

Por último, as parcerias se estendem às universidades Estadual da Paraíba (UEPB), Federal de Campina Grande (UFCG) e Federal da Paraíba (UFPB), com organismos internacionais que financiam as ações, como o Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento Sustentável das Regiões Tropicais e Mediterrâneas (CIRAD), CCFD Terre Solidaire, ActionAid, Icco, Funbio, sendo fundamental futuras pesquisas sobre as motivações dos investimentos internacionais em nosso território.

Essa articulação proporciona, de acordo com *Francisca*, aumenta adesões a uma proposta societária que acabe com a fome, promova a equidade de gênero e o fim das violências, reafirmadas com a presença e/ou com a divulgação da marcha. Nesse ponto verifica-se que adesão a essas pautas pelo sindicalismo rural não foi simples, pois como acrescenta a interlocutora,

por isso a importância das formações dos grupos mistos e das gerações sindicais, porque eles precisam entender que o movimento de mulheres é parte do Pólo e porque militar para que essas mulheres se fortaleçam né, aprimorando inclusive a sua atuação na ação sindical, não deixe que o marido pegue o auxílio maternidade, intervir nessas questões também. A gente precisa que esses sindicalistas, que esses diretores homens também estejam compreendendo as nossas bandeiras, para que funcione de verdade a construção de uma outra relação de poder que estrutura nessa conjuntura e nessa sociedade aqui (FRANCISCA, 2022).

Josefa lembra ainda outro aspecto, que a Marcha é camponesa e se articula, em âmbito municipal e estadual e nacional, com os conselhos e órgãos executores de políticas públicas, pois

a organização e articulação com outros movimentos representa a estratégia de construir políticas públicas junto com o poder público, toda marcha sai uma ata política que a gente tem negociado e entregado ao poder público, o Estado, até a presidenta Dilma já entregou uma carta (JOSEFA, 2022).

Posteriormente, esta carta foi transformada num modelo de carta-compromisso para ser negociada com candidatas/os que dialoguem com as demandas das mulheres que representa.

A demanda das mulheres por luta política, formação e organização tem o significado de insurgência desde o Movimento Autônomo de Mulheres Camponesas no Brasil (MMC) que, por meio da luta coletiva, foi formando longos acampamentos que iniciaram em 2000, em defesa do feminismo camponês e popular, reunindo grupos de base. Lorenzoni, Seibert e Collet (2020) citam os direcionamentos das quatro frentes de lutas: a) projeto popular de agricultura camponesa agroecológica e as políticas agrícolas, de reforma agrária para viabilizá-lo; b) na luta pela ampliação e garantia dos direitos sociais e políticas públicas de inclusão; c) na participação política da mulher na sociedade; d) na luta pelo projeto popular para o Brasil de soberania nacional.

3.2 SOBRE O PROCESSO, A MARCHA SE FAZ A CADA EDIÇÃO

Para auxiliar na formação de uma percepção mais geral do percurso da Marcha, organizei um quadro-resumo com informações básicas sobre data, localização, tema e quantidade de pessoas articuladas por cada edição, como apresentado a seguir:

Quadro 1 - Edições da Marcha Pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia na Paraíba

Edição	Ano	Local	Tema	Pessoas presentes
1°	2010	Remígio	“Raízes das Desigualdades entre Homens e Mulheres”	900
2°	18 de março de 2011	Queimadas	“Raízes das Desigualdades entre Homens e Mulheres”,	1.800
3°	08 de março de 2012	Esperança	“Desigualdade entre Homens e Mulheres nas Instituições: Família, Associação, Sindicato e Igreja”	1.500
4°	08 de março de 2013	Solânea	“Perpetuação das Desigualdades na Juventude”	3.000
5°	14 de março de 2014	Massaranduba	“Desigualdade no acesso às Políticas Públicas voltadas para as Mulheres”	4.000
6°	12 de março de 2015	Lagoa Seca	“Perpetuação das Desigualdades na Juventude”	5.000

CONTINUA

				CONCLUSÃO
7°	08 de março de 2016	Areial	" Divisão Sexual do Trabalho"	5.000
8°	08 de março de 2017	Alagoa Nova	"Cultura do Estupro"	5.000
9°	08 de março de 2018	São Sebastião de Lagoa de Roça	"Diversidade Sexual"	5.000
10°	14 de março de 2019	Remígio	"Identidade Racial e Racismo"	6.000
11°	12 de março de 2020	Esperança	"Não ao feminicídio e se levantam contra a violência doméstica"	6.000
12°	08 de março de 2021	Online transmitida pelo Youtube	"Sem Cuidado não há vida"	2.000 visualizações
13°	02 de maio de 2022	Solânea	Lema "Mulheres em defesa do território: Borborema agroecológico não é lugar de parques eólicos".	5.000
14°	16 de março de 2023	Montadas	Lema "Mulheres em defesa do território: Borborema agroecológico não é lugar de parques eólicos".	Previsto 6.000

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

Como exposto, as atividades desenvolvidas pela Marcha Pela Vida das Mulheres e Pela Agroecologia ocorrem na Paraíba desde 2010, preferencialmente no próprio dia 08 de março, fazendo alusão à agenda do Dia Internacional da Mulher. A cada edição é pensado um tema que reflita os impactos da conjuntura política do momento para a vida das mulheres. Sua primeira edição, por exemplo, ocorreu na cidade de Remígio e reuniu aproximadamente 900 mulheres, trazendo como tema "Raízes das desigualdades entre homens e mulheres", sendo mobilizada pelo sindicato rural da cidade.

A segunda ocorreu em 18 de março de 2011, na cidade de Queimadas, com o mesmo tema utilizado na edição anterior e contando com o dobro de participação: 1.800 mulheres que marcharam por direitos e relações mais justas na agricultura familiar, mas também pela visibilização da violência contra a mulher.

Em 08 de março de 2012, ocorreu a terceira marcha, na cidade de Esperança, com tema "Desigualdade entre Homens e Mulheres nas Instituições: Família, Associação, Sindicato e Igreja". Tinha como proposta a reflexão sobre o tratamento para com as mulheres nessas instituições, e contou com cerca de 1.500 mulheres. Na

ocasião, o encerramento contou com apresentação musical das “Três Ceguinhas de Campina Grande”³³, que com seus ganzás fortificaram ação cultural ao fim da marcha.

A quarta edição³⁴ ocorreu em 08 de março de 2013, na cidade de Solânea, com o tema “Perpetuação das Desigualdades na Juventude” e contou com a presença de 3.000 mulheres. Neste ano, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brejo da Paraíba homenageou a adolescente Ana Alice³⁵, filha de uma das líderes sindicais rurais no município de Queimadas, agreste paraibano, vítima de estupro e assassinato. A atividade cultural de encerramento ficou por conta da cantora e compositora Gilvanisa Maia, autora da música “Apelo de Mulher”, juntamente com as cirandeiras de Caiana dos Crioulos, comunidade quilombola de Alagoa Grande-PB.

A quinta edição³⁶ aconteceu em 14 de março de 2014, na cidade de Massaranduba, visibilizando o tema “Desigualdade no Acesso às Políticas Públicas Voltadas para as Mulheres”. Evidenciando a apropriação dos homens sobre as políticas públicas destinadas para mulheres, como o PRONAF Mulher³⁷, salário maternidade e Bolsa Família, a marcha se posicionou pela defesa da autonomia das mulheres, contando com a participação de aproximadamente 4.000 mulheres unidas. A edição da marcha homenageou as mulheres parteiras, rezadeiras ou benzedadeiras. No encerramento houve a apresentação dos grupos de cirandeiras “A Cor da Terra” e “Desencosta da Parede”, ambos da comunidade Caiana das Crioulas, de Alagoa Grande³⁸.

A sexta edição³⁹ aconteceu em 12 de março de 2015, no município de Lagoa Seca, colocando em tela o tema “Perpetuação das Desigualdades na Juventude”, pois era o ano de julgamento do crime do caso de Ana Alice e a marcha se posicionava na mobilização direcionada ao poder público para que providências fossem aplicadas. Essa edição contou com a presença de 5.000 mulheres. Seu encerramento artístico

³³ Refere-se a três irmãs cantoras e compositoras Indaiá (Francisca), Maroca (Maria das Neves) e Poroca (Regina) que através do toque do ganzá e canto de embolada em Campina Grande/PB nas grandes feiras sustentaram a sobrevivência da família, são pessoas com deficiência visual desde nascença e ficaram conhecidas artisticamente como “as três ceguinhas de Campina Grande” e experienciaram serem protagonistas do documentário “A pessoa é para o que nasce”.

³⁴ Disponíveis informações sobre IV edição: <https://www.youtube.com/watch?v=mC2hDsdZ4G4>

³⁵ Ana Alice, uma jovem, estudante e militante, vítima de Leônio Barbosa. Este foi condenado, em 2015, a 34 anos e 4 meses em regime fechado, em julgamento realizado 3 anos após o crime. Em 31 de agosto de 2022 foi noticiado sua morte, ocasionada por infarto.

³⁶ Disponíveis informações sobre V edição: <https://www.youtube.com/watch?v=hR4N4NCDriQ&t=3s>

³⁷ Refere-se à concessão de microcrédito para mulheres agricultoras direcionadas ao investimento rural.

³⁸ Para mais informações, ver ASPTA (2014).

³⁹ Disponíveis informações sobre VI edição: https://www.youtube.com/watch?v=f_TSWKTH7XE

contou com a presença do trio de forró “Mistura de Gerações”, de Esperança-PB, em conjunto com a cantora Sandra Belê, acompanhada pelo sanfoneiro Lucas Carvalho.

A sétima edição⁴⁰ ocorreu em 08 de março de 2016, no município de Areal, com a participação de mais de 5.000 mulheres marchando sob o tema “Divisão Sexual do Trabalho”, pelo qual se afirmava o posicionamento contra a violência, a impunidade, por uma sociedade mais justa, contra a tentativa de golpe no contexto político das elites brasileiras e pela agroecologia. Seu encerramento foi ao som da cirandeira Lia de Itamaracá, das cirandeiras Severina e Dulce Baracho⁴¹, pertencentes ao território de Pernambuco.

A oitava⁴² marcha aconteceu em 08 de março de 2017, no município de Alagoa Nova com a presença de mais de 5.000 camponesas e sob o tema “Cultura do Estupro”, enfatizando a importância de se denunciar e combater essa situação, tendo em vista que o município que sediou a marcha protagonizou uma sequência de casos de estupros naquele período. No temário também foi incluída posição contra a reforma da previdência, proposta pela PEC 287/2016, que tinha como proposta igualar a idade mínima para aposentar mulheres e homens da zona rural.

A nona edição⁴³ ocorreu em 08 de março de 2018, em São Sebastião de Lagoa de Roça, reunindo em torno de 5.000 mulheres e com o mote “Diversidade Sexual”, tema voltado para o combate ao fundamentalismo que o país enfrenta, enfocando de que forma isto recai sobre a vida das mulheres, incorporando questões como a homofobia, gênero, feminismo e a divisão justa do trabalho doméstico.

A décima edição⁴⁴ foi realizada no município de Remígio, em 14 de março de 2019, contando com a presença de mais de 6.000 mulheres marchando sob o tema “Identidade Racial e Racismo”. Nesta ocasião foram homenageados Marielle Franco, vereadora carioca assassinada junto de seu motorista Anderson Pedro Mathias. Essa temática foi considerada pelas interlocutoras da pesquisa como impactante na desconstrução do racismo velado. O encerramento cultural ficou por conta da artista Lia de Itamaracá.

⁴⁰ Disponíveis informações sobre VII edição: <https://www.youtube.com/watch?v=wD7IKMmMuHI>

⁴¹ Filhas do cirandeiro e compositor Antônio da Silva Baracho que as incentivou na continuidade das rodas de ciranda e cantigas.

⁴² Disponíveis informações sobre VIII edição: <https://www.youtube.com/watch?v=46UefHQmTfs&t=48s>

⁴³ Disponíveis informações sobre IX edição: <https://www.youtube.com/watch?v=W8DuQ0o2iH8>

⁴⁴ Disponíveis informações sobre X edição: <https://www.youtube.com/watch?v=MvkuZELbSSg>

A décima primeira edição⁴⁵, ocorrida em 12 de março de 2020 no município de Esperança, teve como tema “Não ao Feminicídio, Se Levantam Contra a Violência Doméstica”. Entre suas reivindicações constam a instalação de delegacias da mulher e acolhimento das mulheres vítimas de violências em instituições como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e, além disso, estabelecimento de processos de formação para que os profissionais da área da segurança pública e da saúde possam atuar com mais qualidade nas situações de violência contra a mulher. A interlocutora *Francisca* nos informou que a definição do lema daquele ano deu-se, sobretudo, porque “*depois do governo Bolsonaro desde 2019, vivemos inclusive no nosso território o aumento dos feminicídios*” (FRANCISCA, 2022).

Já no contexto da COVID - 19, a décima segunda edição⁴⁶, ocorrida em 08 de março de 2021, foi transmitida em forma de *live* pelas redes sociais, e teve como tema “Sem Cuidado Não Há Vida”. Dentre suas pautas, a sobrecarga de trabalho ampliada pela pandemia e o protagonismo das mulheres nos cuidados com a alimentação e a agroecologia. Essa *live* teve antecipadamente o convite de camponesas, que evidenciaram a importância da marcha em sua vida, mobilizando as demais companheiras a acompanhar a transmissão pelas redes sociais. O espaço de gravação continha elementos que reportavam à lembrança de edições anteriores, proporcionando a interatividade mediante relatos de memórias e experiências com canções e reivindicações.

Em sua 13ª edição, ocorrida em 02 de maio de 2022 no município de Solânea, e que teve como ponto de concentração a praça 26 de Novembro para acolhida de mulheres camponesas, trouxe como lema de reivindicação "Mulheres em defesa do território: Borborema agroecológica não é lugar de parques eólicos". Estabeleceu-se aqui mais uma marcha para problematizar as instalações, em larga escala, das turbinas eólicas, que prejudicam a saúde de camponesas/es pelo barulho contínuo, aumento de poeira, diminuem a área de produção para o desenvolvimento da produção agroecológica devido às instalações subterrâneas dos parques eólicos. O encerramento da Marcha teve como apresentação cultural Dulce e Severina, conhecidas artisticamente como “As Filhas de Baracho”. O mesmo lema continua previsto para o debate na 14ª edição da Marcha pela Vida das Mulheres e pela

⁴⁵ Disponíveis informações sobre XI edição: <https://www.youtube.com/watch?v=z8pK1kn8n-I>

⁴⁶ Disponíveis informações sobre XII edição: <https://www.youtube.com/watch?v=oDu0qqjwes4&t=34s>

Agroecologia, que ocorrerá em 16 de março de 2023 na cidade de Montadas, pois a Marcha compreende esta situação como uma ameaça contínua ao território Paraibano.

3.3 POR QUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS AS TRABALHADORAS MARCHAM

*Olê, mulher rendeira; Olê, mulher rendá,
A reforma da previdência não podemos aceitar.*
(paródia da música Mulher Rendeira do Trio Nordestino)

Uma das ênfases centrais da articulação tecida para realização da Marcha é a compreensão de que os direitos reivindicados passam pelo comprometimento da estrutura institucional do Estado brasileiro, em suas diversas instâncias, através de políticas públicas. Contudo, a partir de dados do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, podemos compreender que uma das vertentes de reivindicação resulta no desenvolvimento do Programa Cisternas, pensado na promoção de segurança hídrica e favorecimento a segurança alimentar para conviver com o semiárido, a partir do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água, implantado no ano de 2003, contendo os investimentos para a sustentação financeira com recursos previstos no Orçamento Geral da União.

Entretanto, com os dados Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, analisa-se que não basta a política ser instituída, mas é preciso que esta alcance a demanda do público que atenda os critérios de adesão, como a baixa renda e o fato de residir em zona rural e/ou comunidades tradicionais sem nenhuma garantia de segurança hídrica para produção de alimentos. Nesse sentido, a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) situa que os programas em conjunto Um Milhão de Cisternas (AP1MC) e Programa de Uma Terra e Duas Águas (P1+2), que possibilitaram a construção de reservatórios de água, foram drasticamente reduzidos no período de 2016 a 2022 com o contingenciamento dos investimentos federais. Apenas a construção de cisternas foi mantida, mas de forma reduzida, contando apenas com o apoio do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) e de doações de campanhas em parceria com o Consórcio Nordeste.

É válido situar, a partir de Rafael Santos Neves et al. (2010), que as cisternas de placa são frutos da experiência desenvolvida por Manoel Apolônio de Carvalho,

conhecido como Nel, agricultor sergipano do município de Simão Dias. Diante de suas vivências como pedreiro em São Paulo na construção de piscinas, redirecionou os seus saberes técnicos com as placas pré-moldadas para adaptar à realidade do seu território e construir as cisternas cilíndricas para captação de água.

Nos temários das edições da Marcha, é possível verificar a descontinuidade das políticas públicas pensadas para o território do campo, apontando para a necessidade de restabelecer direitos já conquistados. Destaca-se nesse esteio a retração de investimentos para a agricultura familiar e o seu redirecionamento para o modelo agroexportador, afetando sobremaneira as comunidades quilombolas, indígenas e produtores/as camponesas/es de base familiar. São estes elementos que reforçam a necessidade de cada edição da Marcha.

3.4 PEDAGOGIA FEMINISTA E PRODUÇÃO DE SIGNIFICADOS NA MARCHA

*“Cansei de ser domesticada, Quero andar com os próprios pés.
Organizar a rebeldia e assim deixar de ser refém”.*
Música: Cansei de ser domesticada⁴⁷

Como demonstra a expectativa enunciada pelas interlocutoras que abrem essa dissertação, a Marcha vai se formando na vontade diária em anotar aquele dia como um compromisso político coletivo agendado no calendário. Essa prosa vai se espalhando desde o momento em que mulheres se encontram na formação de roçados, em que a enxada “estrala” no solo, entre as mulheres que semeiam as plantações de milho, feijão, fava, jerimum, quiabo ou até mesmo no descanso, onde trocam ideias, debaixo do pé de umbu, sobre se fazerem presentes nas formações políticas que são executadas em suas comunidades. Esse encontro coletivo propiciado pela Marcha gera reinterpretação da construção discursiva entre camponesas e/ou estudantes, incluindo todas as gerações, desde crianças, jovens, adultas e idosas, entrelaçando territórios urbanos e rurais, fazendo ecoar os princípios dos seus saberes cotidianos que atravessam as múltiplas mulheres camponesas, nordestinas e brasileiras que se fazem ali presentes.

Comparecer a essa mobilização coletiva demanda articulações prévias, desde o borbulhar do café antes do raiar do sol, confiar o trabalho diário de sua rotina a outras pessoas ou adiantar as funções antes da sua saída com destino a Marcha. O grupo

⁴⁷ Composição de Eulapaula Martins, Maria Monte e Marli Fagundes

do *whatsapp*, formado para combinar os detalhes da participação, é o espaço mais frequentado nos momentos que antecedem a realização do evento. São constantes os lembretes, em forma de empolgação, para que não haja atrasos com a hora que o transporte passará para apanhá-las. “uma ansiedade boa de se sentir”, nos lembra *Ana* em meio a nossa conversa (ANA, 2022).

A expectativa produzida em relação ao evento é cultivada pelos processos delineados a partir das experiências acumuladas nas edições que acontecem ano a ano. Os temas para cada edição são definidos por reuniões de planejamento direcionadas pelo contexto conjuntural, gerando formações nas comunidades pelos vários grupos organizados por sindicatos e associações ou, de modo autônomo, atividades prévias para promoção do debate, como reuniões comunitárias, rodas de conversa, audiências públicas, como exemplo.

Nossa interlocutora *Josefa* descreve essa experiência observando que, inicialmente, havia sido pensada como uma marcha municipal, entretanto, sua efetivação já se tornou regional quando os sindicatos próximos receberam a informação da primeira edição da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia marcaram presença. Para ela, a Marcha nasce de todo um processo do trabalho na agricultura familiar e da agroecologia, que fortalece o trabalho das mulheres nas comunidades, na família, traz o debate da relação de gênero e combate às várias formas de violências. Aponta ainda como contribuição gerada pelo evento, desde sua primeira edição, que a Marcha fortalece as narrativas das mulheres camponesas, sejam elas inseridas nos grupos informais, lideranças comunitárias, sindicatos, associações que promovam aprendizagem coletiva, troca de experiências, aprimorar o processo produtivo da comercialização dos seus produtos, valorização da diversidade das sementes crioulas e plantas medicinais (FRANCISCA, 2022).

Para *Francisca*, essa força adquirida pelo evento, desde o nascimento das mobilizações, vem da compreensão compartilhada pelas mulheres de que “tem que ocupar as ruas, pois a força da marcha já começa dentro da gente, essa sementinha que reverbera naquele espaço, mas também fala com a sociedade, não adianta falar só pra gente.” (FRANCISCA, 2022).

Ressaltando a importância de falar com as pequenas cidades e municípios, *Francisca* detalha como foi esse processo inicial:

fizemos a marca, fizemos boné, vamos fazendo o material de comunicação para dar uma certa identidade, tudo na raça, porque a gente não tem dinheiro nenhum, a gente tinha um apoio mínimo, mas conseguimos realizar a primeira Marcha (FRANCISCA, 2022).

Nossa interlocutora *Francisca* também menciona que, desde a primeira marcha, ocorrem avaliações dos acontecimentos ao final de cada edição, sobre os impactos das ações pensadas para desnaturalizar as violências. E como instrumento pedagógico nasce o teatro, que toma a vida de lideranças como Margarida Maria Alves como inspiração, para dialogar com a colhida de vivências das mulheres camponesas, reproduzindo nas encenações, roteiros de falas e situações que gerem a autoidentificação das mulheres com o movimento. Para ela, isso ocorre porque “o teatro possui a proposta política de desvendar violências rotineiras, desde abordagens machistas dentro das instituições, cultura do estupro, a LGBTfobia, o racismo, feminicídio”, enfatizando ainda que, no primeiro momento, se provoca o riso com as situações dramatizadas... Já a partir da segunda edição, a preocupação se desloca para “gerar identificações dos tipos de violências, sendo uma estratégia construída como roteiro a partir da escuta das mulheres camponesas a partir de suas vivências.” (FRANCISCA, 2022).

3.4.1 O processo formativo

Mal dá tempo de guardar a bandeira, já começa tudo de novo (JOSEFA, 2022).

Para que as caravanas se formem, tudo começa bem antes. Existe um trabalho diário entre as lideranças que se articulam em cada comunidade, desde formações a respeito da temática da edição - que se aplicam ao longo dos meses que antecedem a Marcha - em conjunto com outros movimentos sociais, o repasse de convites por meio de reuniões mensais em coletivos autônomos, até as oficinas para produção de faixas e cartazes, rodas de conversas comunitárias. O planejamento do café da manhã no dia do evento, os reiterados acertos sobre o horário de ida e vinda e local de encontro das delegações que compartilharão o transporte; a combinação de estratégias para ampliar as vendas nas feiras agroecológicas ao longo do mês a fim de garantir a compra da sua camisa da edição; a organização de listas com os nomes daquelas que utilizarão os transportes disponibilizados pela organização. Essa soma

vai sinalizando a proximidade da caminhada no município escolhido a cada edição da marcha. E aqui entra a importância do processo formativo.

Francisca detalha que a existência da Marcha é

o ápice de um processo de formação, conversamos com várias mulheres e vamos para rua para poder externalizar o que a gente aprendeu, o que a gente quer”. Josefa acrescenta descrevendo que quem coordena, quem pensa, quem articula, que mobiliza, quem faz o processo acontecer está na linha de frente é o movimento sindical e as/os camponesas/es (FRANCISCA, 2022).

Ela também detalha as várias estratégias de comunicação aplicadas para que o máximo de mulheres possa conhecer a Marcha. Para isso, em todas as edições se produzem cartas políticas⁴⁸ em vários formatos, por meio digital e impresso, por meio das quais se detalham as pautas do tema escolhido a cada ano. São confeccionados ainda panfletos informativos a serem distribuídos em comércios locais, sindicatos.

Por último, informa ainda o trabalho de diálogo e negociação com a prefeitura da cidade sede que receberá a marcha, articulando, de modo especial, profissionais e agentes de saúde com intuito de formar uma rede proteção para as mulheres, pois,

ter uma marcha, ela simplesmente não vai para a rua, a gente prepara a cidade para receber, então tem isso e também tem as mídias que a gente tem que ocupar as rádios locais de Campina Grande, as TVs, as mídias alternativas, depende de cada sindicato, mas também fazer *live* preparatórias convocando a cidade (FRANCISCA, 2022).

Segundo ela, o plano de comunicação para pré-marcha é pensado a partir do que as mulheres falam, no diálogo como fonte oral, interações verbais e não-verbais que inspiram a construção dos textos. A partir daí se gera uma comissão de comunicação compostas pelas coordenadoras da Marcha, responsáveis por elencar os temas tidos como urgentes para o contexto conjuntural, influenciando o calendário de formações,

convidando as mulheres do território para participar da produção do vídeo convite, formação de grupos no *whatsapp*, recentemente montou o *instagram* da marcha, carta política produzida a cada marcha, equipes para ir em rádios locais, nas TVs, produção de camisas pois acham importantes os símbolos, as bandeiras da

⁴⁸ Carta política significa formalização das reivindicações organizadas a partir de um tema e/ou lema mobilizador, detalhando o local, dia, horário, quantitativo de pessoas, quais instituições estão presentes na marcha, fortalecendo a organização e direcionando para fomento de políticas públicas.

Marcha, as bandeiras do Polo, os estandartes, isso tudo é planejado de forma que vai construindo e afirmando a nossa imagem (FRANCISCA, 2022).

As reuniões formativas são conduzidas por integrantes do Polo da Borborema. De acordo com *Francisca*,

nasce de um processo de ação coletiva que já é o momento de formação com grupo de lideranças e quando a gente resolve ir para as ruas, a gente fala que não pode ir às ruas sem a gente sensibilizar para que as mulheres saibam por que vão ocupar esse espaço para se organizar (FRANCISCA, 2022).

As reuniões de planejamento são intensas até a marcha acontecer, iniciadas desde novembro, indo até março. Detalha *Josefa* as idas às reuniões estaduais, “que é mobilizado por outros movimentos, e levamos o tema da marcha. Então todas as mulheres que vão à marcha direta ou indiretamente estão envolvidas no processo de formação” (JOSEFA, 2022). Sendo preciso destacar o ponto de vista coletivo como sendo a base da Marcha.

A coordenação da Marcha é organizada com uma média de 25 mulheres, sendo distribuídas entre a assessoria da ASPTA, cargos de diretorias dos sindicatos, coordenação do Polo e algumas camponesas experimentadoras no seu território. Para além de elencar temas, se faz o processo de formação interna para que possam ocorrer reuniões com as mulheres dos demais municípios. Cada município tem sua autonomia em fazer seu processo nas comunidades.

Ana fornece alguns detalhes de como ocorre o processo de formação que antecede a realização da Marcha em cada edição,

porque [a gente diz assim:] as mulheres não vão na marcha por ir, sem saber para onde estão indo, mas a gente tem todo um processo. Quando a gente vai à marcha, a gente convida as mulheres, quando elas voltam já é dizendo que não perde nenhuma marcha, porque lá elas se encontraram naquela energia boa que cada um vai passando. [...] a marcha é um dia, é uma bandeira de luta, é o dia de reivindicar, é um dia de grito mesmo (ANA, 2022).

E *Josefa* acrescenta que “a marcha é o nosso processo de agroecologia, então nós temos o ano todo a partir da experiência da agroecologia na agricultura para trabalhar com as mulheres e trabalhar os temas da agricultura” (JOSEFA, 2022).

3.5 A MARCHA ACONTECENDO EM CADA EDIÇÃO

“pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com as mulheres, não assanha o formigueiro”

As frases enunciadas pelas cartas políticas inspiradas em rodas de conversas formativas, os símbolos, faixas e cartazes, bem como os esquetes teatrais, os depoimentos de organizações parceiras, recuperam a conexão com a conjuntura, evidenciando uma complexa tessitura possibilitada pela troca de conhecimento.

Ao chegar no local de concentração, na sede de cada município, se inicia o ritual de falas e apresentações. Aqui se ocupa o palco principal, montado geralmente num espaço grande, capaz de abrigar o público e as atividades. Trago como exemplo a Marcha de 2022, que foi estruturado na praça central de Solânea. As coordenadoras da Marcha, a partir de diversos pontos do espaço da Marcha, recepcionam com boas-vindas as pessoas que lá estão presentes. Algumas coordenadoras estão posicionadas em cima do palco, sob posse do microfone; outras caminhando e recepcionando as caravanas que vão chegando, enquanto explicam como será o percurso daquele ano; outras estão no espaço da feira, fazendo a sinalização do ponto de vendas para compra da camiseta da edição atual; outras estão na distribuição de bandeiras, e assim se encaminha o início à condução da Marcha propriamente dita.

Nesse momento de abertura, o teatro atua como recurso pedagógico, como lembra *Francisca*, para se promover a desnaturalização das violências no meio rural, inspiradas, segundo a interlocutora, “na escuta de histórias de vida como parte do processo preparatório da marcha, constituindo-se também como espaço de aprendizagem, identificação, articulação de redes, apoio e espaços onde podem compartilhar suas insatisfações e anseios. Trata-se de um momento estratégico para expor temas como LGBTfobia, o racismo, feminicídio.” (FRANCISCA, 2022), corroborando, dessa maneira, com as observações lançadas por Freire (2015):

a sistematizações de experiências de mulheres, passaram a ser enquetes, vídeos, místicas, poesias, cordéis, músicas, debates como estratégias de potencializar compartilhamento de suas histórias para outras mulheres, desnaturalização da exploração e combate às violências sexual, física, psicológica, moral e patrimonial que circundam seus cotidianos (FREIRE, 2015, p. 11).

Após a exibição do esquete teatral, os depoimentos de mulheres camponesas são parte integrante da programação da Marcha, e as delegações são convidadas a ocupar o palco para compartilhar reflexões de suas vivências a respeito da temática elencada para cada edição. Nesse meio tempo, canções já conhecidas pelo público como *cansei de ser domesticada*, *apelo de mulher* e *companheira* são entoadas fazendo o público acessar identificações. As melodias acompanham o começo, meio e fim da Marcha, embalando o movimento ritmado das bandeiras no grande coro de vozes a ecoar pelas ruas principais da cidade. As canções são alternadas com os discursos das coordenadoras da Marcha, estimulando reflexões e bradando frases e bordões de resistência.

A caminhada se inicia. Várias identidades se cruzam no mesmo território, desde camponesas que escutam atentamente os direcionamentos elencados pela Marcha quanto às amigas que se reencontram depois da edição passada. Outras registram com fotografias ou vídeos o momento da Marcha. As “figuras” políticas também marcam presença, acompanhadas/os de suas/seus fotógrafas/os particulares para registrar seus atos de atenção com o público ali presente. Cada abraço, um *click*. A caminhada segue, e a extensa bandeira da diversidade serve como abrigo do sol para várias pessoas durante o percurso.

A marcha segue entre uma rua e outra, despertando o envolvimento de comerciantes e moradoras/es, em observar os estandartes que carregavam o slogan dos coletivos dos diversos municípios presentes no Polo da Borborema. Faixas carregadas por mulheres e sobre mulheres, evidenciando os rostos de personagens como Margarida Alves; Malvina; Elizabeth Teixeira; Menininha; Tereza de Benguela; Marielle Franco, entre outras que a história não me permitiu conhecer. Recontando uma história onde se incluem camponesas, sindicalistas, professoras, lideranças sociais.

As ruas da cidade são ocupadas por mulheres que se vestem de roxo, branco e/ou lilás, contrastando com a palha dos chapéus que se multiplicam, como um signo de reafirmação da relação estabelecida com a cultura camponesa, como proteção contra o sol ou da chuva. O levantamento de bandeiras e estandartes presentificam as memórias e pautas de lutas cotidianas, possibilitando o contato de todas com parte da história e memória brasileira, negligenciadas na produção dos nossos conhecimentos, sejam na escola ou universidade.

A caminhada retoma ao palco principal, onde de longe se escuta a ciranda sendo liderada por Dulce e Severina. Uma enorme roda de ciranda se forma, e mãos dadas celebram a finalização de mais uma edição. Enquanto a roda se alarga, algumas pessoas preferem só observar, debaixo das tendas, esse encerramento cheio de agradecimento pela presença de todas as pessoas que ali se faziam presentes. Logo as caravanas começam a se agrupar e pegar as suas fichas para acessar o almoço que é disponibilizado em um restaurante local, através de convênio firmado com a Marcha. Após o almoço, na volta para casa, o sol vai nos presenteando com a vista alaranjada do entardecer, tornando-se um ótimo cenário para trocar as boas sensações que ficam, e cada pessoa compartilhar as recordações desse dia memorável, rendendo papo até a próxima edição.

3.5.1 A feira na Marcha

Assim que descemos da van para prestigiar e participar da 13ª edição da Marcha, nos deparamos com várias barracas com seus tetos em lona verde customizada. Ali se localiza a feira agroecológica intitulada *Jardim das Margaridas*. Entre as barracas organizadas de modo proporcional, com bancas de exposições separadas por territórios e placas identificando as referidas cidades que integram o Polo da Borborema, oferta-se para comercialização desde o cafezinho, bolo de milho, mandioca, mesclado ou de leite, além de beiju, tapioca e outras iguarias. Se a busca for por algo com mais “sustância”, na barraca do lado tem galinha de capoeira com cuscuz, inhame, macaxeira ou feijoada. As sobremesas ficam por conta da imensa variedade de cocadas e doces: de caju, de goiaba ou de leite.

Encontramos também uma grande variedade de fitoterápicos, como lambedores, combinação de folhas para banhos e escalda pés. Nas próximas barracas são ofertadas cana de açúcar, macaxeira, dindim, queijos, polpas de frutas, ovo de capoeira, hortaliças, molho de pimenta, café orgânico, fubá e xerém agroecológico. Meu olhar foi captado pela beleza das mudas de plantas disponíveis, algumas floridas e outras filhotes, a diversidade de sementes crioulas armazenadas em garrafas plásticas, prontas para o cultivo e colaboração com a biodiversidade que se forma em cada território. Não existe descrição que dê conta da beleza contida nas peças em crochê que lá estavam expostas, os panos de pratos decorados e pintados artesanalmente, as bolsas, os potes, vasos e bandejas de barro.

A feira representa a contribuição social, política e econômica do posicionamento de mulheres que estabelecem o rompimento com a classificação de ajudantes, anulando o status de “inexistentes” e identificando a sua presença como a quebra de determinações estruturais silenciosas que fomentam as possíveis formas de violências e de exclusão dos espaços públicos, de que possam ser vítimas mulheres dos campos, florestas e das águas. Em vista disso, a auto-organização coletiva da Marcha reafirma a reescrita política, dessa maneira, como movimento autônomo e comprometido com reconhecimento dos saberes tradicionais, valorizando elementos da culinária, da medicina tradicional, respeitando a sabedoria ancestral, valorizando a diversidade entre pessoas e a natureza. Tem-se por sua sugestão um movimento camponês e autônomo, que acessa conhecimentos ligados a ancestralidades diversas, não homogeneizados pela colonialidade, antes tido como conhecimentos subjugados.

3.6 A MÍSTICA DA MARCHA

Essa ancestralidade que não se trazer, vai apagando
(Josefa, 2022)

Mais uma reunião se inicia ou finaliza, e lá estão reunidos um conjunto de símbolos como bandeiras, flores, sementes, folhetos, fotografias, mudas de plantas, músicas, poemas, elementos que compõem uma mística lúdica e um momento de integração na participação política, sendo norteadas pelos símbolos que marcam vivências, resistências, laços de memórias das mulheres camponesas, acionando elementos cotidianos para tecer a colcha de retalhos que marca o modo coletivo de ser, que caracteriza tão bem a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia.

Esse momento é inspirado com reflexão, danças, despedidas, abraços, que buscam nas raízes dos saberes evidenciar os traços de suas identificações, reavivar memórias para não esquecer o sangue derramado, localizar as violências e nomeá-las, já que é a inversão dos significados que nos posicionam, fazendo emergir as lutas coletivas na defesa dos seus territórios e memórias. Pois, ao passo que fortalecem a sabedoria, coletividade e a partilha onde as mulheres camponesas que organizam, coordenam e se expressam, realocam o seu enunciado.

A mística é espaço que cabe a sensibilidade do toque silencioso, os afetos, as lembranças, e assim recorda *Josefa*:

O processo de formação que traz essa mística, traz esses laços a nossa ancestralidade, traz essa roda de conversa, traz a essência do nosso trabalho, a sabedoria das famílias, a sabedoria das mulheres, a sabedoria das nossas avós e bisavós que são importantes e trazer principalmente essa ancestralidade que não se trazer vai se apagando (JOSEFA, 2022).

Josefa continua refletindo sobre a mística, composta por músicas, teatro, as bandeiras e os chapéus de palha, tidos como elementos de identificação com a cultura camponesa, observando ser esse o momento em que “se fala pelo olhar, muitas vezes a gente fala pelo aperto de mão da outra, pelo gesto, pelo convite, as vezes fala muito mais olhando e percebendo que está se falando” (JOSEFA, 2022), mesmo atravessadas por diferenças geracionais, etnias, orientação sexual, escolaridade, deficiências que marcam presença nas suas rotinas ou na organização da Marcha.

Nesse sentido, a ciranda se constitui como parte do engajamento político para fortalecer a unidade na pluralidade que a compõem em sintonia por um novo projeto societário. Como nos lembra *Ana*:

a ciranda tem isso da gente unir, de estar junta, essa corrente né? Então a gente une forças, a gente diz que nós somos iguais, essa corrente dos mesmos direitos, então acho que esse papel que a marcha tem. A ciranda traz pra gente é isso, cirandar, estar juntas, vontade de estar na luta e na busca dos direitos né? (ANA, 2022).

Diante do exposto, apreende-se que, através da mística, a Marcha garante sua continuidade enquanto acontecimento que ultrapassa uma década, acumulando experiências de agroecologia fundamentadas nas experiências de mulheres camponesas em seus territórios, ativando micropoderes exercidos no cotidiano, que se acoplam às estratégias econômicas e simbólicas.lima

ARREMATAS FINAIS, POR ENQUANTO É ISSO!

Considerando a vitalidade e densidade mobilizadora da Marcha Pela Vida das Mulheres e Pela Agroecologia, iniciei esse trabalho anunciando o objetivo de demonstrar e analisar como o saber acumulado pelas mulheres camponesas do agreste paraibano, articuladas na sua realização, aparece atuando na construção de práticas voltadas à resolução de problemas enfrentados nos seus cotidianos.

Levei em consideração, para tanto, as exortações de Scott (1994), Machado (2007) e Foucault (2007) acerca do saber. A aposta mostrou-se propícia, pois como lembra Costa (2014; 2022) em diálogo com Scott (1995), os processos de circulação e apropriação das teorias feministas e de gênero tem suas trajetórias influenciadas por contextos e acontecimentos políticos locais, cuja recomposição faz-se sempre necessária, uma vez que nem sempre preservam a coerência com os significados adquiridos nos contextos “de origem”. Além disso, por conta da importância estratégica fundamental das categorias e conceitos utilizados no enfrentamento dos processos de violência epistêmica. Sem isso, lembra a historiadora Scott (1995), o constructo de gênero elaborado como categoria não alcança o patamar em que o próprio gênero adquire o poder de atuar e funcionar como um criador de processos sociais. Nesse sentido, o apoio na definição foucaultiana de poder, especialmente por sua vinculação a um método de análise encontrado na sua abordagem genealógica, revelou-se crucial para cumprir o intento.

Observo ainda que o alcance da pesquisa foi afetado pelo contexto de emergência sanitário associada à COVID - 19, provocando a necessidade de adiar a intenção de imersão no campo e potencializar a análise documental e bibliográfica, o que por si só já foi um grande desafio, dada a pouca disponibilidade de informação sistematizada sobre a Marcha.

Esta pesquisa se norteou pelo objetivo geral de analisar os impactos dos saberes locais articulados pela Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia na construção de estratégias, agendas e na vida das mulheres envolvidas na sua realização. Se delineou, entre os objetivos específicos, identificar as relações de organização adotadas para a construção da Marcha e como se dá o recurso a esses saberes, assim interpretando os mecanismos locais do saber acumulado e

mobilizados pelas mulheres camponesas e registrando como se aplica a prioridades de agendas políticas acionadas pela marcha.

Desse modo, no capítulo primeiro, demonstrei como a narrativa histórica do feminismo, enquanto sujeito político no Brasil, foi homogeneizada por um ideal de sujeito e um paradigma de racionalidade em que as técnicas articuladas pelos saberes aqui analisados são cristalizadas como estágio pré-político.

Na sequência, no segundo capítulo, aproximei para análise os cenários produzidos pelas dinâmicas analisadas no momento anterior, situando aí os processos de subalternidade epistêmica associados ao “local”, demonstrando como se intersecciona o gênero com a segregação associada ao rural e urbano, especialmente nas disparidades intrarregionais que constituem nossa geopolítica nacional. E aí situo as especificidades das mulheres campesinas nordestinas e paraibanas.

No terceiro capítulo, promovi um encontro com a Marcha situada nesse feixe, apontando como o saber local atua na tessitura de suas práticas, destacando de modo especial as técnicas de produção de sujeitos articuladas nos ricos exercícios propiciados pelos constantes experimentos metodológicos, nos quais o *arredor de casa* é simbolicamente reposicionado como vantagem estratégica para satisfação de necessidades econômicas e desafios do cotidiano, promovendo, ao mesmo tempo, o reencontro e reencanto com sistemas tecnológicos ou tecnologias sociais locais, cujas experiências tinham sido alijadas.

Assim, embora sem a imersão pretendida, a sistematização documental e bibliográfica corroboraram a hipótese de que o elemento local, articulados nos saberes acionados e produzidos pela Marcha, revela-se fundamental como aspecto a ser articulado no enfrentamento das estratégias colonialistas que promovem desqualificação e depreciação de seus conhecimentos, para além da já reconhecida importância como instrumento de acesso a espaços negados para essas mulheres, melhorando o acesso à renda e bens de consumo, mas também a novas sociabilidades, marcadas por relações de afeto e solidariedade que fortalecem e recriam elos regionais, culturais, políticos, técnicos e culturais.

A marcha, em seu fazer-se como acontecimento, se tempera com os cheiros das mulheres, da feira e do roçado, cujas cores se mesclam com as toalhas de chita que adornam as mesas, se imiscuindo entre o roxo, o branco e o lilás que inundam as cidades. Tudo isso ao som e balanço da ciranda. E na mística das mãos que se trançam para dançar, a estética reflete o *ethos* tecido pelos saberes que a alimentam,

fazendo lembrar o que disse Espinosa-Miñoso (2014, p. 214): “estamos dispostas a articulações que nos comprometa com os movimentos autônomos que caminhem nos processos da descolonização e restituição das genealogias perdidas e que possam nos trazer significados e interpretações sobre a vida coletiva”.

Pois bem, que, sob a inspiração da Marcha, os deslocamentos se tornem elos!

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: as fronteiras da discórdia. Cortez Editora, 2017.

ALVAREZ, Sonia E. A “globalização” dos feminismos latino-americanos. Tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.) **Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos**. Novas Leituras. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2000, p. 383 - 426.

ASA. Sobre Nós - História In: **ASA - Articulação do Semi Árido**, Recife, 2020. Disponível em <https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>. Acesso em 13 nov 2021.

ASPTA. Plano Trienal 2008 - 2010. In: **Site ASPTA**, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://aspta.redelivre.org.br/files/2011/01/AS-PTA-Plano-Trienal-2008-2010.pdf>. Acesso em 25 set. 2021.

ASPTA. Agricultoras do Polo da Borborema tomam as ruas de Massaranduba-PB reivindicando direitos e o fim da violência contra a mulher. In: **Site ASPTA**, Rio de Janeiro, 17 mar. 2014. Disponível em: <https://aspta.org.br/2017/09/25/inauguracao-popular-do-banco-mae-de-sementes-sera-realizada-com-a-participacao-do-governador-ricardo-coutinho/>. Acesso em 19 dez. 2021.

ASPTA. Inauguração Popular do Banco Mãe de Sementes será realizada com a participação do Governador Ricardo Coutinho. In: **Site ASPTA**, Rio de Janeiro, 25 set. 2017. Disponível em: <https://aspta.org.br/2017/09/25/inauguracao-popular-do-banco-mae-de-sementes-sera-realizada-com-a-participacao-do-governador-ricardo-coutinho/>. Acesso em 19 dez. 2021.

ASPTA. Em 2021, a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia vai ser diferente porque “não podemos nos calar”. In: **Site ASPTA**, Rio de Janeiro, 21 fev. 2021. Disponível em: <https://aspta.org.br/2021/02/21/em-2021-a-marcha-pela-vida-das-mulheres-e-pela-agroecologia-vai-ser-diferente-porque-nao-podemos-nos-calar/>. Acesso em 25 set. 2021.

BASTOS, Valério Veríssimo de Souza. **Uma nova prática de ação sindical**: o caso do polo sindical da Borborema – Paraíba. 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2010. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/3899>. Acesso em 13 jun. 2022.

BEZERRA, Maria da Conceição Dantas Moura. **Feminismo e Agroecologia**: O sujeito político e a avaliação do Ater-Mulheres no Rio Grande do Norte 2004-2016. 2018. 270f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Natal, RN, 2018.

BUARQUE, Cristina Maria. Mulher e Política: lutas e conquistas. **Cadernos Feministas de Economia e Política**, Recife, v. 1, p. 07-87, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CASTRO, Luciana Martins. A contribuição de Nísia Floresta para a educação feminina: pioneirismo no Rio de Janeiro oitocentista. **Outros Tempos**: Pesquisa em Foco - História, São Luis, v. 7, n. 10, 2010.

CASA DA MULHER DO NORDESTE. **Mulher e Política**: lutas e conquistas. Cartilha de formação política do Programa Mulher & Democracia, 2 ed. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, 2004.

CARDOSO, Elisabeth Maria; RODRIGUES, Vanessa Schottz. Mulheres construindo a Agroecologia no Brasil. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 12-16, 2009.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 16, p. 13-30, mar. 2001.

COSTA, Ana Alice A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Cadernos de Gênero**, Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, jan. – jun. 2005.

COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Teoria e Práxis Feministas na Academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. especial, p. 387-243, 1994.

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. Feminismos no Brasil: enunciando e canalizando demandas das mulheres em sua diversidade. **Labrys**, Paris, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/cecilia.htm>. Acesso em: 5 jul. 2021.

COSTA, Jussara Carneiro. **Gênero na Rede, Raça no Berço e Sexo na Parede**: a lésbica como fio de interrogação das práticas feministas brasileiras. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2014 (versão no prelo cedida pela autora para os fins desta dissertação).

COSTA, Jussara Carneiro. Saberes dissidentes, Economia solidária e Tecnologias Sociais: para tecer outra universidade possível. In: SEVERINO, Maico Roris, LOPES, Tiago Camarinha; BARTHOLO, Fernando Antônio Ferreira. **Economia Solidária em Debate**. Goiânia: Gráfica UFG, 2019. v. 3, p. 26-42.

COSTA, Jussara Carneiro. Uma “DR” Necessária: feminismos, universidade e descolonialidades das sexualidades dissidentes. In: DUARTE, Marco José de

Oliveira et al. (org.). **Sexualidade & Serviço Social**: Perspectivas críticas, interseccionais e profissionais. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022 (no prelo)

COSTA, Jussara Carneiro.; MEDEIROS, Lucas G. de. Faz diferença como a gente pensa: aspectos da resistência forjada no entrecruzar cosmológico das tradições afroameríndias em Campina Grande, Paraíba. **Aceno**, Cuiabá, v. 3, n. 6, p. 228-244, ago.- dez. 2016. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/4332>. Acesso em 17 mar. 2022.

DUARTE, Emmy Lyra; GARCÍA, Maria Franco. Espaço agrário e movimentos sociais na região do Brejo Paraibano: O Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB). In: REDOR, 18. Recife, 2014. **Anais...** [...], Recife: UFRPE, 2014. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/1982/889>. Acesso em 14 ago. 2021.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. **El Cotidiano**, Azcapotzalco, n. 184, mar. / abr. 2014.

FAUSTO NETO, Ana Quiroga. Produção Científica e Formação profissional: Os Paradigmas do Conhecimento e seu Rebatimento no Cotidiano do Ensino da Pesquisa e do Exercício Profissional. **Cadernos ABESS**, Brasília: ABESS, n. 6, p. 20 - 28, 1993.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **Margarida, Margaridas**: memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas. João Pessoa: Editora UFPB, 2017.

FOUCAULT, Michel. Genealogia e poder. In: FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder** (org. Roberto Machado). São Paulo, Paz e Terra, p. 167-178, 2007.

FREIRE, Adriana Galvão. Pela vida das Mulheres e pela Agroecologia: agricultoras da Borborema reescrevem suas histórias. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4. 2015.

GOHN, Maria da Glória. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 41 – 70, out. 2007.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista brasileira de Educação**, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

GOLDBERG, Anette. **Feminismo e autoritarismo**: A metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. 1987. 217f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

GOLDBERG, Anette. Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso de um ideal político. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 42-70, 1989a.

GOLDBERG, Anette. Tudo começou antes de 1975: ideias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo “Bom para o Brasil”. In: BARROSO, Carmen et al. **Relações Sociais de Gênero x Relações de Sexo**. São Paulo: NEMGE, p. 1 - 45, 1989b.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Editora Zahar/Companhia das Letras, 2020.

GROSGOUEL, Ramon. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea**, São Carlos, v. 2, n. 2, Edição especial, p. 337-362, 2012.

GROSGOUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 80, p. 115-147, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em 03 jul. 2021.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, São Paulo, v. 5, p. 07-41, 1995.

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 215-241, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000100012>. Acesso em 06 mai. 2021.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 27, p. 13–34, jul. 2006.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 21-53.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 234-241, jan. 2003.

LIMA, Maria Ednalva Bezerra et al. (orgs). **Mulheres na CUT: Uma história de muitas faces**. São Paulo: Editora CUT, 2006.

LORENZONI, Carmen; SEIBERT, Iradiani Gracieli.; COLLET, Zenaide. Movimento de Mulheres Camponesas: veredas e muitas histórias. In: MEZADRI, Adriana; CIMA, Justina Inês; TABORDA, Noeli Welter; GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth; COLLET, Zenaide (orgs.). **Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas**. São Paulo: Outras Expressões/Expressão Popular, p. 13-31, 2020.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. A atuação da mulher na cena pública: diversidade de atores e de manifestações políticas no Brasil imperial. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 3, p. 105-122, mai. 2006.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2007.

MANINI, Daniela. A crítica feminista à modernidade e o Projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. **Cadernos AEL**, Campinas, n. 3/4, 1995/1996.

MENDES, Samanta Colhado. As mulheres anarquistas no Brasil (1900-1930): entre os esquecimentos e as resistências. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 18, n. 210, p.63 - 75, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/view/1550>. Acesso em 22 mai. 2021.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do sec. XIX. São Paulo: Annablume, 2012.

NEVES, Rafael Santos et al. Programa Um Milhão de Cisternas: guardando água para semear vida e colher cidadania. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 7 - 11, 2010.

OLIVEIRA, Menecucci, Eleonora. O encontro entre o feminismo e o sindicalismo da CUT: refletindo sobre uma experiência. In. LIMA, Maria Ednalva Bezerra (org) et al. **Mulheres na CUT**: uma história de muitas faces, São Paulo: SNMT-CUT, p. 80-87, 2006.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/i/2003.v23n45/>. Acesso em 23 mai. 2021.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/issue/view/646>. Acesso em 21 abr. 2021.

RAGO, Margareth. Sexualidade e identidade na historiografia brasileira. **Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 59-74, 1997.

SANSON, Cesar; CEPAT. Os povos indígenas não cabem no atual modelo da esquerda no poder na América Latina e no Brasil. In: **Cadernos online Ecodebate**, São Leopoldo – RS, 24 abr. 2013. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2013/04/24/os-povos-indigenas-nao-cabem-no-atual-modelo-da-esquerda-no-poder-na-america-latina-e-no-brasil>. Acesso em 23 mai. 2021

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; COSTA, Ana Alice A. Feminismos, feministas e movimentos sociais, In: BRANDÃO, Margarida; BINGHEMER, Maria Clara. **Mulher e Relações de Gênero**. São Paulo: Loyola, 1994, p. 81-114.

SARDENBERG, Cecília. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? **Labrys**. Estudos Feministas, Paris, v. 11, p. 45, 2007.

SARTI, Cynthia Andersen. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, n. 64, p. 38-47, fev. 1988.

SARTI, Cynthia Andersen. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n.16, p. 31-48. 2001.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**, São Paulo, v. 3, p. 11-27, 1994.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71 - 99, jul-dez, 1995.

SILVA, Iranilson Batista da. **O protagonismo das mulheres camponesas na luta pela terra**. 2016. 119f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SILVA, Janaina Vicente da. **Margaridas da resistência: movimentos de mulheres na Paraíba (1970 a 1980)**. 2016. 23f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2016.

SOBREIRA, Dayane. A organização das mulheres camponesas e o sindicalismo do polo da Borborema. In: Congresso Internacional de Meio Ambiente e Sociedade e de Diversidade do Semiárido, 1., 3., 2019, Campina Grande. **Anais...**[...], Campina Grande, 2019.

SOIHET, Rachel. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis/Santa Cruz do Sul, Editora das Mulheres/EDUNISC, 2006.

SOIHET, Rachel. Feminismo ou feminismos? Uma questão no Rio de Janeiro nos anos 1970/1980. In: SILVA, Cristiani Bereta da; ASSIS, Gláucia de Oliveira; KAMITA, Rosana C. (Orgs.). **Gênero em movimento: novos olhares, muitos lugares**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emilia; MENEZES, Marilda. As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas. **Ruris**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 83-117, 2011.

TEDESCHI, Losandro Antônio. Nossas histórias: o que somos, o que fazemos, o que queremos? In: TEDESCHI, Losandro Antônio. **A história de mulheres que**

lutam: a construção do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais na Região Noroeste no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Oikos, 2016.

TEIXEIRA, Marco Antonio. Movimentos Sociais Populares em tempo de ascensão das novas direitas: a Marcha das Margaridas. **Caderno C R H**, Salvador, v. 34, p. 1-17. 2021.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte, Autêntica, 2011.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático DRP. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, Brasília: MDA, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de economia e sociologia rural**, [Online], v. 52, n. suplem. p. 25-44, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/4Hn3FCvFdb9VBYwSwJfKSGJ/?lang=pt>. Acesso em 23 abr. 2022.

FONTES ORAIS

ANA. **Depoimento**. Esperança [Online], mar. 2022. Entrevistadora: Suênia dos Santos Viana.

FRANCISCA. **Depoimento**. Crato [Online], fev. 2022. Entrevistadora: Suênia dos Santos Viana.

JOSEFA. **Depoimento**. Remígio [Online], mar. 2022. Entrevistadora: Suênia dos Santos Viana.

APÊNDICE A

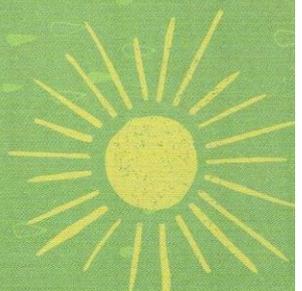
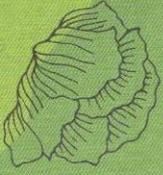
ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO

1. Como surge a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia?
2. Quantas edições?
3. O por que se define marcha?
4. Qual tema e o lema de cada edição?
5. Como se elenca a relevância de cada temática?
6. Quem são as organizações que articulam em conjunto com a Marcha? A quanto tempo?
7. Como se aplicou a articulação dos diversos setores que compõem a marcha?
8. Quais são as estratégias de divulgação? Qual material utilizado para divulgação?
9. Como se dão as reuniões formativas?
10. Existe alguma estratégia formativa na marcha?
11. Como o tema de cada marcha é definido estrategicamente?
12. Fazem participação em rádios locais, ocupam espaço nas reuniões de sindicato?
13. O por que as mulheres se organizam na marcha?
14. Como se articulam com outros movimentos sociais?
15. Como alcançam mulheres urbanas e rurais?
16. O principal público é apenas Paraíba?
17. A marcha é feminista?
18. Quais aspectos são considerados nas composições das místicas?
Onde a agroecologia ganha espaço na marcha?

ANEXO A

Comida de verdade, pertinho de você!

- Feira Agroecológica do Museu do Algodão – Campina Grande**
Todas as quartas | a partir das 4h
No Museu do Algodão,
na Estação Velha
- Feira Agroecológica do Catolé – Campina Grande**
Todas as sextas | a partir das 4h
Em frente ao Du Bu, Catolé
- Feira Agroecológica de Casserengue**
Todas as quintas | a partir das 6h
Praça 29 de abril
- Feira Agroecológica de Esperança**
Todas as sextas | a partir das 6h
Avenida Manuel Cabral
(próximo à Padaria Cabral)
- Feira Agroecológica de Remígio**
Todas as sextas | a partir das 6h
Rua da Prefeitura
- Feira Agroecológica de Areial**
Todas as sextas | a partir das 6h
Praça Central
- Feira Agroecológica Massaranduba**
Todas as sextas | a partir das 6h
Em frente ao Sindicato dos
Trabalhadores Rurais
- Feira Agroecológica de Arara**
Todas as sextas | a partir das 6h
Ao lado da Igreja Matriz
- Feira Agroecológica de Solânea**
Todas as sextas | a partir das 6h
Em frente ao Sindicato dos
Trabalhadores Rurais
- Feira Agroecológica de Lagoa Seca**
Todos os sábados | a partir das 6h
Ao lado do Mercado Municipal
- Feira Agroecológica de Alagoa Nova**
Todos os sábados | a partir das 6h
Ao lado da Câmara Municipal
- Quitanda da Borborema de Remígio**
Rua Bento Uirório, 11 – Centro
De segunda a sábado,
de 7h30 às 11h30
Contato: (83) 98180.2637
- Quitanda da Borborema de Arara**
Rua Padre Ibiapina s/n – Centro
De segunda a sexta, 7h às 11h
e Sábado 7h às 9h30
Contato: (83) 98675.1771
- Quitanda da Borborema de Solânea**
Rua Josefa Crispim, 50 – Centro
De segunda a sábado, de 7h às 11h
Contato: (83) 99369.8804
- Quitanda da Borborema de Esperança**
Praça da Igreja Matriz (Dentro do Sindicato Rural) – Centro
De segunda a sexta, de 7h às 11h
Contato: (83) 99347.5137
- Quitanda da Borborema de Queimadas**
Rua Otaviano Araújo do Régio, 20
(Dentro do Sindicato Rural) –
Conjunto Matriz
De segunda a sexta, de 7h às 12h
Contato: (83) 99367.5387



TRISTE, LOUCA OU MÁ

Triste, louca ou má
Será qualificada
Ela quem recusar

Seguir receita tal
A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina

Só mesmo, rejeita
Bem conhecida receita
Quem não sem dores
Aceita que tudo deve mudar

**Que um homem não te defina
Sua casa não te defina
Sua carne não te defina
Você é seu próprio lar (Refrão) 2x**

Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só 2x

PARA TODAS AS MULHERES

**Abafaram nossa voz
Mas se esqueceram de que não
estamos sós (Refrão) 2x**

Essa vai
Pra todas as mulheres
Marianas, Índias, brancas
Negras, pardas, indianas

Essa vai pra você que sentiu aí no peito
O quanto é essencial ter no mínimo
respeito
Essa dor é secular e em algum
momento a de curar
Diga sim para o fim de uma era
irracional, patriarcal

Refrão 2x

Então eu canto pra que em todo canto
Encanto de ser livre, de falar
Possa chegar, não mais calar 2x

Refrão 2x

MARGARIDA

**É Margarida, Margarida é
Tua vida corajosa nos ensina a viver
(Refrão)**

Das margaridas nascidas ao pé da serra
Uma ficou sempre viva
Na lembrança desta terra
de flor do campo, ela virou flor mulher
No brejo paraibano
Plantou luta, sangue e fé
Refrão 2x

Flor Margarida
Aprendeu que da semente
Nasce o pão de cada dia
Na vida de sua gente
Mas a semente necessita ser plantada

E sem terra sua gente
Será sempre escravizada
Refrão 2x

Queremos terra
Pois a terra é nossa vida
E a vida é um dom de Deus
Assim pensou Margarida
Entrou na luta
Camponesa e companheira
Nas fileiras do seu povo
Ela foi porta bandeira

Refrão 2x

O opressor, ria dela sem temer
Quem já viu mulher sem nome
Enfrentar nosso poder?

Um belo dia, teve uma assombração
Margarida era cem
Eram, era milhãõ
Refrão 2x

Mas Margarida não mudou sua maneira
Não calou sua coragem, nem largou sua
bandeira
Com sangue vivo, ela assinou seu nome
Prefiro morrer lutando, a ter que morrer
de fome
Refrão 2x

EU QUERO VER

**Eu quero ver, eu quero ver
acontecer
Um sonho bom
Sonho de muitos acontecer
(Refrão)**

Nascendo da noite escura
Amanhã futura trazendo amor
No vento da madrugada
A paz tão sonhada brotando em flor
Nos braços da estrela guia
A alegria chegando da dor
Na sombra verde e florida crianças
em
vida brincando de irmãos
No rosto da juventude
Sorriso e virtude virando canção
Alegre e feliz camponês
Entrando de vez na posse do chão

Refrão

Um sorriso em cada rosto
Uma flor em cada mão
A certeza na estrada
O amor no coração
E uma semente nova escondida
Em cada palmo desde chão
Um sonho que se sonha só
Pode ser pura ilusão
Sonho que se sonha junto
É sinal de solução
Companheira, companheiro
Vamos ligeiro, sonhar em mutirão

NEGRETO MAGÔ

Eu vou tocar minha viola
Eu sou um negro cantador
O negro canta, dita e rola
Lá na senzala do senhor

Dança aí, negro magô (4x)

Oh oh oh (Refrão)

Tem que acabar com essa história
De negro ser inferior
O negro é gente e quer escola
Quer dançar samba e ser doutor
(Refrão)

O negro mora em palafita
Não é culpa dele, não senhor
A culpa é da abolição
Que veio e não o libertou
(Refrão)

Vou botar fogo no engenho
Aonde o negro apANHOU
O negro é gente como outro
Quer ter carinho e ter amor
(Refrão)

CANÇÃO PARA MARGARIDA

Não faz muito tempo, seu moço
Nas terras da Paraíba
Viveu uma mulher de fibra
Margarida se chamou
E um patrão com uma bala
Tentou calar sua fala
E o sonho dela se espalhou
Já faz muito tempo, seu moço
Que enriba deste chão
E em toda nossa Nação
O pobre é pra lá e pra cá
Lavador faz mas não come
E a miséria é sobrenome
Do povo deste lugar

E quando na carne da gente ardia a
opressão
Margarida erguia a mão
E seu grito era o nosso clamor

Daqui a algum tempo, seu moço
Se a gente não se cuidar
Se o pobre não se ajudar
Tubarão engole a alegria
Pois o jeito é treinar o braço
Para desatar esse laço
Que amarra o fúlb do dia
E quando na roça da gente brilhar as
espigas
Vai ter festa e nas cantigas
Margarida vai viver
E quando na praça e na rua florir
Margaridas
Vai ser bonito de ver
Vai ser bonito de viver!



Telefones do Polo da Borborema

Polo da Borborema
(83) 3361.9009

STR Algodão de Jandaira
(83) 99190.7050 / 99170.0987

STR Areial
(83) 3368.1111

STRRAF Arara
(83) 3369.1309

STR Alagoa Nova
(83) 99643.0013

STR Caserengue
(83) 3634.1000 / 98107.9763

STR Esperança
(83) 3361.2298

STR Lagoa de Roça
(83) 3387.1111

STR Lagoa Seca
(83) 99685.0626 / 99685.0556

STR Matinhas
(83) 98864.2519

STR Montadas
(83) 98655.1034

STR Queimadas
(83) 3392.1012

STR Remígio
(83) 3364.1440

STR Solânea
(83) 3363.2379

Telefones úteis

Ação Social Diocesana de Patos
(83) 3423.2206

Arribaçã
(83) 99982.6195

ASA Brasil
(81) 2121.7666

ASA Paraíba
(83) 99986.0095

AS-PTA
(83) 3361.9040 / 3361.9041
99922.8270 / 99964.1868

CAHASP
(83) 98161.0012

Camec
(83) 98858.0224

Cáritas Guarabira
(83) 3271.4242

Cáritas João Pessoa
(83) 3133.1000

Catequese Familiar de Solânea-PB
(83) 98156.7100

Centrac
(83) 3341.2800

Cepfs
(83) 3472.2276 / 3472.2449

Centro Estadual de Referência da Mulher
Fátima Lopes
(83) 3342.9129 / 98826.8834

CPT João Pessoa
(83) 3242.3595

CPT Sertão
(83) 99107.4292 / 99107.0500

Convento Ipuarana
(83) 3366.1204

Disque denúncia
Polícia Civil PB
197

Day Camp Hotel Fazenda
(83) 3339.9494

Patac
(83) 3341.1664 / 3322.4975

Santa Fé
(83) 3369.1202 / 98721.8129

Sedup
(83) 3271.1231

Sinter
(83) 3246.7332

SPM NE
(83) 3253.9372

Programas de rádio no território do Polo da Borborema

Nossa Terra, Nossa Vida
(Rádio Caturité de Campina Grande, 1050 AM) Tel. 3349.2100 / 2101
Das 14h às 15h – todos os sábados

STR Alagoa Nova
Informativo Sindical (Rádio Comunitária de Alagoa Nova, 87,9 FM)
Tel. 3365.1187 / 3365.1054
Das 12h às 12h30 – todas as quartas-feiras

STR Queimadas
Programa Palavra e Ação na Agricultura Familiar (Rádio Queimadas FM, 87,9)
Das 12h às 13h – todas as terças-feiras

STR de Remígio
A Luz da Agricultura Familiar (Rádio Baixa Verde, 87,9 FM)
Tel. 99601.3543
Das 14h às 15h – todas as quintas-feiras

STR Solânea
Em Defesa da Agricultura Familiar (Rádio Integração de Bananeiras, 102,3 FM)
Tel. (83) 3363.2488
Das 11 às 11h30 – todas as quintas-feiras

Polo da Borborema

BR 104 Km 06 – Distrito de São Miguel
Esperança | PB CEP: 58 135-000
Caixa Postal 37
E-mail: poloborborema@uol.com.br

 polodaborborema

AS-PTA Agricultura familiar e agroecologia

BR 104 Km 06 – Distrito de São Miguel
Esperança | PB CEP: 58 135-000
Caixa Postal 33
E-mail: asptaph@aspta.org.br
www.aspta.org.br

 asptaagroecologia

 aspta

 agroecologiaaspta

